

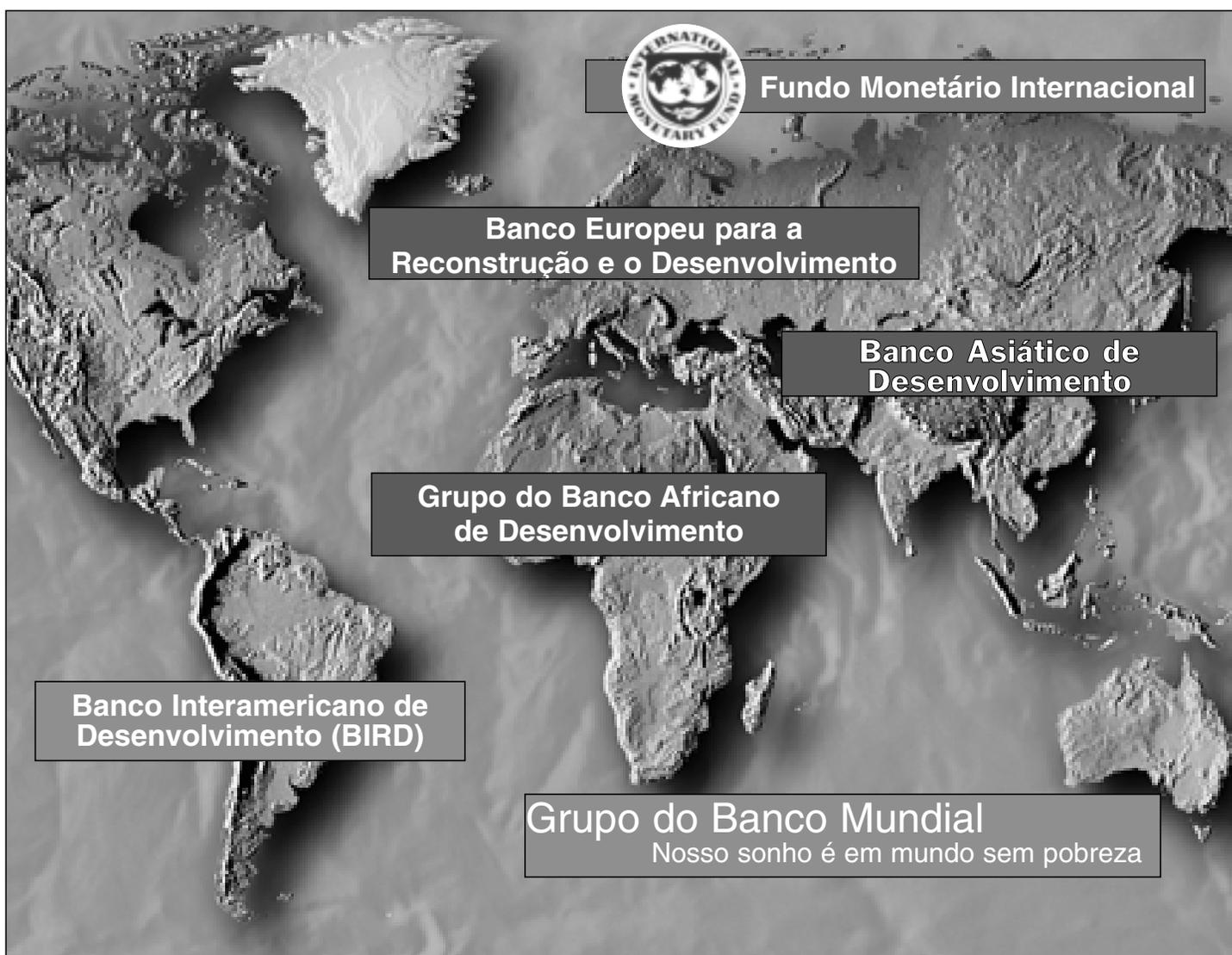
# Perspectivas Econômicas

Volume 6

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Número 1

## A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS



Fevereiro de 2001

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

## **A Reforma das Instituições Financeiras Internacionais**

---

*DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS - PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA - VOLUME 6, NÚMERO 1, FEVEREIRO DE 2001*

Na última década, as instituições financeiras internacionais (IFIs) foram convocadas pelos seus países membros com mais frequência que nunca, para atender crises financeiras, ajudar governos em meio a reformas sócio-econômicas e ajudar os países pobres a encontrarem novas formas de desenvolvimento e de crescimento.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo do Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento participaram desses esforços, que variavam do tratamento de crises financeiras no México, na Ásia e em outras partes, até o auxílio para que países estatizados se movessem rumo à economia de mercado e a viabilização da redução da dívida das nações mais pobres.

Isso ocorreu à medida que se transformavam os próprios mercados globais de capital. O capital privado agora flui pelo mundo em quantidades e variantes sem precedentes, com parte dele indo para os países em desenvolvimento que até então vinham buscando os mercados privados em vão.

Ao mesmo tempo, aumentaram os questionamentos sobre a eficácia das instituições no atendimento dos desafios financeiros globais, suas estruturas, prioridades, abordagens fundamentais e sua flexibilidade.

Como estão se saindo as instituições financeiras internacionais no desenvolvimento do seu trabalho em face desses novos desafios e oportunidades? Qual deverá ser o papel do FMI? As crises financeiras são inevitáveis ou as ações das IFIs tornaram-nas mais frequentes? De que forma o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento modificam suas operações para serem mais eficazes no novo ambiente?

Existem grandes diferenças de opiniões sobre essas questões. Podemos antecipar uma discussão pública desses temas à medida que o novo governo Bush desenvolve suas políticas sobre instituições financeiras internacionais ao longo dos próximos meses. Esperamos que os pontos de vista dos especialistas representados nesta edição de *Perspectivas Econômicas* ajudem a esclarecer as questões.

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

## ÍNDICE

### A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

#### **REFORMA E REDIRECIONAMENTO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL 6**

*Senador Phil Gramm, Presidente da Comissão sobre Questões Urbanas, Bancárias e Habitacionais, Senado dos Estados Unidos*

O FMI expandiu sua missão, tornando os países mais pobres mais dependentes dos seus empréstimos, sem promover seu progresso econômico. Esse ciclo de pobreza dirigido pela dívida não será rompido até que o FMI reforme suas prioridades e sua missão.

#### **A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: PLANO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 9**

*Allan H. Meltzer, Professor de Economia Política e Política Pública, Universidade Carnegie Mellon*

As IFIs não conseguiram acompanhar as mudanças da economia global. A estabilidade econômica internacional futura exigirá uma missão mais concentrada do FMI e uma nova abordagem pelos bancos de desenvolvimento.

#### **O FMI E O BANCO MUNDIAL: ATENDENDO A CRISES FINANCEIRAS E DESENVOLVIMENTO 13**

*Entrevista com Timothy Geithner, Membro Sênior do Conselho de Relações Exteriores e ex-Vice Secretário Norte-Americano do Tesouro para Assuntos Internacionais*

O FMI, ao operar em um mundo de Estados soberanos e mercados de capitais cada vez mais integrados, vem desempenhando papel crucial na estabilização de países onde irromperam crises financeiras.

#### **OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO EM UMA ECONOMIA GLOBAL EM MUTAÇÃO 17**

*Nancy Birdsall, Associado Sênior, e Brian Deese, Membro Júnior da Fundação Carnegie para a Paz Internacional*

Embora muitos países em desenvolvimento possam agora tomar dinheiro emprestado em mercados de capital privado, este acesso é provisório, fato que ressalta a necessidade permanente dos bancos multilaterais de desenvolvimento proporcionarem financiamento que possa dar nova segurança aos mercados privados. Mas os bancos necessitam adaptar suas atividades para serem mais sustentáveis e eficazes com redução de custo.

#### **OS BENS PÚBLICOS REGIONAIS EM TERMOS DE ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL 22**

*Lisa D. Cook, Associada de Pesquisa, e Jeffrey Sachs, Diretor, Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard*

A assistência ao desenvolvimento deverá concentrar-se cada vez mais nos bens públicos (ou seja, proteção ambiental, saúde pública e aplicação das leis) que os mercados privados não podem fornecer adequadamente. São particularmente importantes os bens públicos que devem ser fornecidos "regionalmente".

#### **O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO DO FMI/BANCO MUNDIAL 26**

*Paul Hilbers, Vice-Chefe da Divisão de Inspeção do Sistema Financeiro I, Departamento de Assuntos Monetários e de Câmbio, Fundo Monetário Internacional*

Um novo programa conjunto do FMI e do Banco Mundial que focaliza o setor financeiro de um país deverá ajudar a reduzir a incidência de crises financeiras, fornecendo às autoridades uma análise objetiva das condições e identificando fraquezas em estágio inicial.

## ▣ FATOS E NÚMEROS

<b>AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS</b>	<b>30</b>
---	-----------

<b>CRONOLOGIA SELETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS</b>	<b>36</b>
--	-----------

<b>A INICIATIVA HIPC</b>	<b>42</b>
--------------------------	-----------

## ▣ RECURSOS DE INFORMAÇÃO

<b>PRINCIPAIS CONTATOS E "SITES" NA INTERNET</b>	<b>44</b>
--	-----------

<b>LEITURAS ADICIONAIS SOBRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS</b>	<b>45</b>
---	-----------

---

---

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

---

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Volume 6, Número 1, Fevereiro de 2001

---

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas*, *Assuntos Globais*, *Temas de Democracia*, *Agenda da Política Externa dos Estados Unidos* e *Sociedade e Valores dos Estados Unidos* — fornecem informações sobre a política norte-americana, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas.

Todas as edições aparecem em versões em idioma inglês, francês, português e espanhol, com temas selecionados também sendo publicados em árabe e russo. As edições em língua inglesa surgem em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês em duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e contínua acessibilidade de "sites" da Internet a ele relacionados; essa responsabilidade reside unicamente com os editores de tais "sites". Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos que contenham restrições específicas de direitos autorais. Potenciais usuários de fotos com crédito são obrigados a obter autorização de uso com a mencionada fonte.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice de publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço:

"<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>"

Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura on line, transferência, descarregamento e impressão. Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais:

Editor, *Perspectivas Econômicas*  
IIP/T/ES  
Departamento de Estado dos Estados Unidos  
301 4th Street, S.W.  
Washington, D.C. 20547  
Estados Unidos da América  
E-mail: [ejecon@pd.state.gov](mailto:ejecon@pd.state.gov)

---

Editor Chefe. . . . .	Judith Siegel
Editor . . . . .	Jonathan Schaffer
Editor Gerente. . . . .	Warner Rose
Editores Associados. . . . .	Wayne Hall
. . . . .	Kathleen Hug
Editores Colaboradores . . . . .	Gretchen Christison
. . . . .	Eileen Deegan
. . . . .	Martha Deutscher
. . . . .	Barbara Durant
. . . . .	Merle D. Kellerhals, Jr.
. . . . .	Martin Manning
. . . . .	Bruce Odyssey

---

Diretor de Arte . . . . .	Sylvia Scott
Conselho Editorial. . . . .	Howard Cincotta
. . . . .	Judith Siegel
. . . . .	Leonardo Williams

---

Departamento de Estado dos Estados Unidos  
Escritório de Programas Internacionais de Informação  
Fevereiro de 2001

---

## REFORMA E REDIRECIONAMENTO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

---

*Senador Phil Gramm, Presidente do Comitê de Assuntos Urbanos, Habitacionais e Bancários, Senado dos Estados Unidos*

*O Fundo Monetário Internacional (FMI) necessita retornar à sua missão original de auxiliar os países em tempos de tensões financeiras, fornecendo empréstimos a curto prazo a taxas não privilegiadas, que reflitam a natureza de "último recurso de empréstimo" do Fundo, afirma o senador Phil Gramm, do Texas. Gramm chefia a Comissão Bancária do Senado, que possui jurisdição sobre a legislação do FMI no Senado. Em sua opinião, o FMI deveria também parar de fazer empréstimos a longo prazo e de fornecer assistência para o desenvolvimento - trabalho este mais adequado para o Banco Mundial.*

*Gramm, que tem sido um crítico contumaz da política norte-americana com relação ao FMI, acrescenta que devem ser tomadas medidas para assegurar que os benefícios do perdão da dívida administrada pelo FMI/Banco Mundial para os países mais pobres chegue ao povo das nações de destino. "Sem garantias de como os recursos recém-liberados das nações serão utilizados, existe alto risco de que terminarão por subsidiar a corrupção governamental", afirma.*

---

Ao longo do último ano, o Congresso e o Executivo dos Estados Unidos vêm lutando sobre como auxiliar as nações a enfrentar a ruína devido às grandes crises financeiras ou o peso de dívidas astronômicas. Como presidente da Comissão Bancária do Senado, existe um princípio sobre o qual não estou disposto a abrir mão: o auxílio norte-americano deve ajudar as nações a resolverem (e não a repetirem) os seus problemas.

Muitas vezes, a assistência norte-americana não é utilizada para tirar os pobres do mundo da pobreza opressora, sendo gasta com burocratas e tiranos, que condenam seus cidadãos a uma espiral contínua de pobreza. Precisamos parar de desperdiçar nosso dinheiro e começar a concentrar-nos onde ele pode fazer diferença real para milhões de pobres em todo o mundo. Para romper o ciclo contínuo da pobreza, necessitamos reformar o Fundo Monetário Internacional, redefinindo suas prioridades e devolvendo-o à sua missão original. E precisamos

assegurar que os benefícios do perdão de dívidas relacionadas com o FMI vão para as pessoas dos países desesperadamente pobres, e não para a elite corrupta que os dirige.

### **ANÁLISE DA MISSÃO E DAS PRIORIDADES DO FMI**

A reforma do FMI é a primeira etapa fundamental. Como enorme contribuinte do FMI, os Estados Unidos não estão recebendo bom retorno do seu investimento. Os pacotes de empréstimo a crises do FMI cresceram, tornaram-se mais longos e mais frequentes, com poucos resultados econômicos ou de desenvolvimento exibidos pelos países que os receberam. Muitos dos meus eleitores no Texas afirmariam que este investimento não passa no teste do bom senso.

O Congresso propôs algumas reformas básicas em 1998, quando fornecemos US\$ 18,2 bilhões dos fundos dos contribuintes norte-americanos para o FMI. Em troca, insistíamos que o FMI estabelecesse prioridades sobre as reformas de mercado e medidas de boa governabilidade, para assegurar que os pobres do mundo recebessem os benefícios da assistência do FMI. Algum progresso foi feito. Mas, em sua maior parte, ainda estamos aguardando que o FMI comece a trabalhar e que as reformas aconteçam.

Ao longo do último ano, estive insistindo em uma reforma ainda mais básica: a reavaliação da missão original do FMI. Se desejamos ter certeza de que os pobres do mundo (e os contribuintes norte-americanos) recebam bom retorno do nosso investimento, parece-me que os Estados Unidos devem definir claramente a missão que desejamos que o FMI realize. Essa missão deve estar próxima da originariamente prevista para aquela organização. Com base no acordo Bretton Woods, o FMI começou com autorização para fazer empréstimos de liquidez a curto prazo para tentar manter fixas as taxas de câmbio. Mas, como todas as agências governamentais, nacionais e internacionais, quando sua missão não era mais aquela, eles a redefiniram e expandiram ao longo do tempo.

Atualmente, o FMI passa seu tempo lidando com grandes crises monetárias nos países em desenvolvimento, através de empréstimos de longo prazo, muitas vezes com concessões. Os termos desses empréstimos desenrolam-se por anos. Setenta nações estiveram em débito com o FMI por mais de vinte anos. Em março de 2000, uma comissão consultiva autorizada pelo Congresso sobre instituições financeiras internacionais, conhecida como a Comissão Meltzer, apresentou um relatório ao Congresso norte-americano sobre o FMI e os bancos de desenvolvimento. Como apontou a comissão, a lenta deformação da missão do FMI tornou as nações mais pobres cada vez mais dependentes do FMI, sem promover seu progresso econômico.

Este ciclo de pobreza dirigido pela dívida não será rompido até que o FMI reforme suas prioridades e sua missão. Para reformar suas prioridades, o FMI deverá implementar totalmente as reformas propostas pelo Congresso em 1998. Ao pressionar as nações em busca de políticas orientadas para o mercado que encorajem o crescimento econômico e a democracia, desencorajando a corrupção, podemos assegurar que os cidadãos (e não a elite dominante) vejam os benefícios da assistência do FMI.

Para reformar a missão do FMI, propus três etapas. A primeira delas é redirecionar o FMI para a sua missão principal de empréstimos a curto prazo para atender instabilidades financeiras e monetárias, liberando o FMI dos assuntos de assistência para o desenvolvimento (trabalho para o qual o Banco Mundial é mais adequado). Em segundo lugar, suspender e começar a extinguir os programas existentes de empréstimos a longo prazo. Em terceiro lugar, estabelecer taxas de juros sobre os empréstimos do FMI que reflitam a natureza de último recurso de empréstimo dos recursos do FMI, de forma que as nações sejam encorajadas a primeiramente fazer uso de fontes privadas de financiamento. Com essas mudanças, os pobres do mundo poderão ver algum alívio significativo.

## **O PERDÃO DAS DÍVIDAS**

Precisamos de reformas similares com relação ao perdão de dívidas com base na iniciativa multilateral Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Atualmente, 22 países desesperadamente pobres (Benin, Bolívia, Burkina Faso, Camarões, Guiana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Madagascar, Maláui, Máli, Mauritània, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, São Tomé e

Príncipe, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) qualificaram-se para o perdão, representando mais de US\$ 30 bilhões. Outros onze países podem qualificar-se no futuro.

Esses 33 países tomaram dinheiro emprestado dos Estados Unidos e de outros países. Em muitos casos, o dinheiro foi desperdiçado em programas que foram rejeitados em todo o mundo; muitas vezes, ele foi abertamente roubado por burocratas ou tiranos. Mas esses países pediram repetidamente aos Estados Unidos o perdão da dívida e, no último ano, o Congresso finalmente concordou. O Congresso forneceu US\$ 435 milhões para participação norte-americana na iniciativa HIPC e autorizou o FMI a utilizar os rendimentos das vendas de ouro do FMI para sua participação.

Em College Station, no Texas, de onde venho, é muito difícil obter apoio para o perdão de bilhões de dólares de dívidas a países que tomaram o dinheiro e o atiraram fora. Mesmo assim, dispus-me a aprovar esses empréstimos porque acreditei que a política racional para os Estados Unidos era de aprovação de empréstimos a países desesperadamente pobres que não têm nenhuma possibilidade de pagar os empréstimos.

Mas não apoiei o acordo final no último ano para aprovar o financiamento do perdão da dívida. Não o apoiei porque ele nem mesmo tentou garantir que os frutos do perdão da dívida fluíssem em favor das pessoas, e não do governo, das nações beneficiárias. O governo Clinton promoveu o esforço de perdão da dívida como "boa prática financeira" e "a forma certa de reduzir a pobreza". Essa pode haver sido a intenção. Mas, sem garantias de como os recursos agora liberados das nações devam ser utilizados, existe alto risco de que eles terminarão por subsidiar a corrupção governamental em locais como Gâmbia e Camarões, ou a violência em nações despedaçadas pela guerra como o Chade, em vez de romper o ciclo de pobreza que envolve seus cidadãos.

Na oportunidade, acreditei e ainda acredito que, se quisermos cancelar a dívida das nações, devemos assegurar-nos de que os benefícios vão para as pessoas que vivem naqueles países e não para a elite corrupta que os governa. Caso contrário, nosso gesto de boa vontade será nada mais que lançar dinheiro bom após o ruim. Outros chegaram à mesma conclusão.

## CONDIÇÕES PARA O PERDÃO DA DÍVIDA

Um exemplo da minha preocupação: no mesmo dia em que Uganda, um dos primeiros países a que se destinou o perdão da dívida, qualificou-se para tal, o seu presidente comprou para ele um jato Gulf Stream de luxo de US\$ 32 milhões para transportá-lo pelo país. A "boa" notícia parece ser que o jato originalmente custaria US\$ 47 milhões. Mas isso desaparece por detrás da má notícia que é, naturalmente, que US\$ 32 milhões poderiam ter feito muito bem aos pobres e trabalhadores ugandenses, se fossem utilizados para promover o crescimento económico.

Outro exemplo: o Chade, nação que pode qualificar-se para perdão pelo HIPC, é proeminente no relatório anual de abusos dos direitos humanos do Departamento de Estado. O último relatório do Departamento de Estado observa que as forças de segurança estatal do Chade continuam a cometer assassinatos extrajudiciais e a torturar, espancar, maltratar e estuprar pessoas. Não sou favorável à concessão de perdão da dívida a um governo culpado de tortura, espancamentos, maus tratos e estupro do seu próprio povo.

É verdade que governos civis eleitos são cada vez mais comuns, mas não em muitos desses países. E podem existir novas formas de evitar que nosso dinheiro subsidie orçamentos de guerra ou contas de ditadores em bancos suíços, mas o FMI não as utilizaria. O resultado pode ser a continuidade da guerra, roubos e brutalidade, além da contínua miséria em escala intercontinental.

Analisei a situação do perdão da dívida com a mesma solução utilizada pelas famílias norte-americanas quando o cobrador bate à sua porta: eles calculam quanto estão ganhando e quanto estão gastando e decidem quais mudanças deverão fazer para tornarem-se solventes de novo. Em outras palavras, eles mudam seus hábitos e seu comportamento.

Assim, propus que condicionássemos o perdão da dívida a dois pontos: primeiramente, que nenhum perdão seja concedido a nenhuma nação cujo governo empregue violações brutais dos direitos humanos e, em segundo lugar, que a nação que recebe perdão deve estabelecer referências baseadas no mercado para medir o progresso das reformas económicas e de boa governabilidade. Acreditei que esta era a forma mais eficaz de garantir que a contribuição norte-americana rompesse a miséria permanente dos cidadãos dessas nações. Esta foi minha proposta quando o financiamento do perdão da dívida foi votado no ano passado, e continua válida.

## ROMPENDO O CICLO DA POBREZA

Milhões de pessoas em todo o mundo vivem em miséria e pobreza opressoras. Elas merecem o melhor dos seus líderes. Através da reforma e do redirecionamento do FMI, seus governos poderão aprender que a adoção de medidas estruturais orientadas para o mercado e que promovam o crescimento económico e a boa governabilidade é mais prudente que prosseguir com abordagens socialistas que neguem a liberdade económica e promovam a dependência do FMI e de empréstimos externos. Através do perdão da dívida internacional condicionado à canalização dos novos recursos disponíveis ao uso produtivo, seus governos poderão promover melhor padrão de vida para o seu povo.

Lamento que nem a reforma do FMI, nem as garantias para o perdão da dívida, tenham feito grandes passos adiante no último ano. Para o bem dos pobres do mundo, espero que o progresso económico seja feito, apesar de tudo. Enquanto isso, pretendo manter a luta para ver a ajuda norte-americana auxiliar as nações a romperem (e não repetirem) o ciclo da pobreza. □

---

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

---

## ❑ A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: PLANO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

---

*Allan H. Meltzer, Professor de Economia Política e Política Pública, Universidade Carnegie Mellon*

*Em novembro de 1998, como parte de um pacote de financiamento de US\$ 18 bilhões para o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Congresso norte-americano autorizou a criação da Comissão Consultora sobre Instituições Financeiras Internacionais. A tarefa da comissão: analisar a eficácia das instituições financeiras internacionais (IFIs), que incluem o FMI, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento.*

*A comissão foi presidida por Allan H. Meltzer, professor de economia da Universidade Carnegie Mellon e acadêmico visitante do Instituto Empresarial Norte-Americano. Em março de 2000, a comissão enviou ao Congresso um relatório (aprovado por Meltzer e pela maioria dos membros da comissão), com fortes críticas às IFIs e oferecendo propostas para mudanças estruturais de amplo alcance nessas instituições. Meltzer destaca aqui as conclusões e propostas da maioria da comissão.*

---

A economia mundial e o sistema financeiro internacional são agora muito diferentes do imaginado na conferência de Bretton Woods em 1944, quando foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas principais instituições financeiras internacionais atenderam às muitas mudanças e crises das últimas décadas, expandindo sua atuação e adicionando novos programas e facilidades de empréstimo. Novas instituições regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento, foram criadas para atender às necessidades de populações regionais, mas muitas das atividades dessas agências sobrepõem-se às do Banco Mundial.

Além disso, ocorreram duas mudanças importantes no ambiente financeiro internacional que exigem mudanças de responsabilidade das instituições financeiras internacionais. Primeiramente, o sistema de taxas de

câmbio fixas mas ajustáveis adotado em Bretton Woods terminou há quase trinta anos. Em segundo lugar, as instituições financeiras privadas, empresas e indivíduos em países industriais fornecem agora a maior parte dos fluxos de capital para o mundo em desenvolvimento. A parcela das instituições financeiras internacionais agora é de menos de 5% do total. Muitos dos países mais pobres, entretanto, permanecem dependentes das IFIs.

Problemas importantes no sistema financeiro internacional seguiram-se a essas mudanças. Alguns países cresceram dependendo excessivamente de fluxos de entrada de capital privado a curto prazo para financiar o desenvolvimento a longo prazo, uma abordagem muito perigosa que causou crises em toda a história. Os sistemas financeiros dos países em desenvolvimento muitas vezes foram utilizados para subsidiar indústrias ou indivíduos favorecidos, enfraquecendo as instituições financeiras, corroendo seu capital e aumentando os riscos de crises e falências. Taxas de câmbio fixas em muitos países em desenvolvimento tornaram-nos vulneráveis a ataques especulativos. Todos esses fatores ajudaram a criar sistemas financeiros sujeitos a freqüentes e severas crises.

Além disso, embora as IFIs emprestem a governos, as instituições detêm muito pouca influência sobre a forma como os fundos são utilizados. Muitas vezes, os projetos não se completam, os fundos são desviados e as reformas prometidas não são implementadas. Em vez de aumentar seu próprio desempenho, os bancos de desenvolvimento expandiram seus programas e sobrepõem-se ao FMI. O reverso também acontece. O FMI, fundado para lidar com problemas financeiros a curto prazo, agora oferece empréstimos a longo prazo para reformas estruturais e redução da pobreza. Alguns países permanecem permanentemente endividados com o FMI. Os empréstimos a longo prazo devem ser mantidos com os bancos de desenvolvimento.

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS NECESSÁRIAS

Para restaurar a eficácia das IFIs, essas instituições necessitam passar por mudanças estruturais.

O papel correto do FMI deverá ser evitar crises financeiras e a disseminação das crises que ocorrerem. A prevenção das crises não significa que o FMI continue a "afiançar" todos os que emprestam, ou emprestar grandes somas para manter taxas de câmbio fixas, ou ditar as políticas a serem seguidas em países clientes. O FMI não deveria emprestar para financiar a reforma estrutural das instituições do país beneficiário. O Fundo deverá fornecer conselhos, mas não deverá unir o conselho à assistência.

A missão dos bancos de desenvolvimento (o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento) deverá ser dividida em quatro: promover o desenvolvimento sócio-econômico (o que inclui a reforma das instituições nacionais), melhorar a qualidade de vida, reduzir a pobreza e oferecer bens públicos globais e regionais. Essas instituições não deverão ser bancos no sentido tradicional. Seu trabalho deverá ser o de não aumentar o número nem o tamanho dos seus empréstimos, nem emprestar para países que tenham crédito. Deverá ser de fazer avançar o desenvolvimento, não os empréstimos. Em consequência, os nomes dessas instituições deverão ser substituídos de bancos de desenvolvimento para agências de desenvolvimento.

Também necessitam ser tomadas medidas para atender ao problema da "sobreposição" entre o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento. O Banco Mundial começou a criar escritórios locais em países beneficiários de empréstimos. Isso é perda de recursos devido a uma burocracia grande demais e ineficiente. Os bancos de desenvolvimento regional já possuem escritórios em todos os países importantes. Muitos governos e seus componentes possuem laços mais estreitos de idioma, cultura e entendimento com as agências regionais. Aumentar-se-ia a eficiência, com redução dos custos da sobreposição, se os bancos regionais assumissem a responsabilidade exclusiva por muitos dos programas nas suas regiões. O papel direto do Banco Mundial deverá ser limitado a regiões que não tenham um banco de desenvolvimento e à África, onde os problemas de pobreza são mais severos e de difícil solução, e onde o banco regional possui menos experiência. O Banco Mundial deverá continuar a fornecer assistência técnica e promover a transferência de conhecimento em todas as regiões.

## CONDIÇÕES PRÉVIAS PARA ASSISTÊNCIA DO FMI

O FMI necessita concentrar-se em quatro tarefas principais: prevenção de crises, gerenciamento de crises, melhoria da qualidade e aumento da quantidade de informação pública e conselhos macroeconômicos aos países em desenvolvimento.

Cada crise séria ocorrida desde 1982 possui suas próprias características especiais e algumas características comuns. Antes da crise surgir, os investidores começam a retirar fundos. O país muitas vezes garante o valor da taxa de câmbio dos fundos, como tentativa de antecipar-se à emergência. Isso adia a crise, mas não a evita. O FMI tenta ajudar o país a manter sua taxa de câmbio, emprestando moeda estrangeira para defender a moeda nacional. O país pode aumentar as taxas de juros e prometer reformas, mas os investidores vêem risco maior. Caso o sistema financeiro dependa do fluxo de entrada de capital a longo prazo, ele pode entrar em colapso com a taxa de câmbio. As crises mais danosas são as deste tipo.

Nem todas as crises podem ser evitadas. Pode-se, entretanto, reduzir a frequência e a severidade das crises através da reforma das práticas do FMI e do país para aumentar incentivos para políticas e comportamentos que aumentem a estabilidade. O FMI deve ser praticamente o último recurso de empréstimo, e não o primeiro recurso, fornecendo liquidez quando os mercados estiverem fechados. Ele deverá trabalhar para evitar crises, atuar para suavizá-las e deixar a reforma e o desenvolvimento estrutural para os mercados de capitais e os bancos de desenvolvimento.

Quando os países enfrentarem uma crise que exija a assistência do FMI, eles necessitam fazê-lo rapidamente. Para tornar isso possível, os países devem atender certas condições prévias de qualificação à ajuda do FMI. Em seguida, quando necessária, a assistência deverá ser fornecida imediatamente. Isso terminaria com o processo existente, em que os países que necessitam de assistência precisam esperar até que os negociadores entrem em acordo sobre uma longa lista de condições para mudanças estruturais, institucionais e financeiras. As crises pioram durante esses atrasos e há pouca evidência de que as condições para o desembolso da ajuda, impostas após o início das crises, tenham sido de muito auxílio no passado.

As condições prévias necessitam ser diretas, claras, facilmente monitoradas e cumpridas. As quatro mais importantes são de que o sistema financeiro da nação seja adequadamente capitalizado, que as políticas financeiras do governo sejam prudentes, que a informação sobre a estrutura de vencimentos da dívida externa seja fornecida prontamente e que seja permitida a concorrência de bancos estrangeiros nos mercados financeiros locais. Os países membros da Organização Mundial do Comércio concordaram em introduzir esta última condição gradualmente. Eu agregaria uma quinta condição: que o sistema de taxa de câmbio seja firmemente fixado ou flutuante.

Os países teriam incentivos mais fortes para atender e manter as condições prévias. A aceitação do país pelo FMI como pré-qualificado para assistência automática serviria como carimbo de aprovação. O país teria condições de obter mais capital estrangeiro sob condições mais favoráveis. Os países que não fossem pré-qualificados obteriam menos empréstimos e pagariam taxas de juros mais altas como compensação pelo risco adicional. As condições prévias redirecionariam os fluxos do setor privado, afastando-os de tomadores de alto risco e direcionando-os aos que buscam políticas de estabilização. Isto reduziria o risco de todo o sistema.

Terceiros países prejudicados pelo colapso de um parceiro comercial receberiam assistência automaticamente caso atendessem às condições prévias. Países que não atendessem às condições prévias somente receberiam auxílio do FMI em crises que afetassem todo o sistema.

A remoção da reforma estrutural das atribuições do FMI baseia-se em conhecida proposição de que o dinheiro pode resolver problemas de liquidez, mas não problemas estruturais reais. Em países em desenvolvimento, problemas estruturais surgem devido à regulamentação, tarifas, supervisão financeira inadequada, ausência do estado de Direito e outros impedimentos ao investimento. Como demonstram as experiências recentes, empréstimos e recursos líquidos freqüentemente permitem que os países atrasem as reformas.

O FMI pode ajudar a manter a disciplina do mercado através da publicação de informações precisas e oportunas sobre desenvolvimentos econômicos, políticos e financeiros. A informação precisa permite que os investidores e doadores de empréstimos tomem decisões bem informados. O FMI tem papel importante na melhoria da qualidade e no aumento da quantidade e

conveniência das informações de cada país. A publicação de relatórios de missões do FMI e das suas recomendações são um desenvolvimento bem-vindo. A melhoria da informação reduz a incerteza e aprimora as decisões dos líderes. O fornecimento de informações encoraja a reforma e permite que os investidores façam ajustes marginais contínuos, em vez de correrem para a saída quando as previsões mudam rapidamente. Além disso, o aprimoramento da informação e a abertura da economia a bancos estrangeiros reduz a dependência de empréstimos renováveis de curto prazo. Assim, ela reduz um dos maiores problemas do desenvolvimento do setor financeiro: dependência excessiva de empréstimos de curto prazo.

Outra questão é o "prejuízo moral" que surge nos empréstimos internacionais quando os governos ou as IFIs permitem que fontes de empréstimos estrangeiras acreditem que serão salvos em uma crise. Parte da solução para reduzir ou eliminar o prejuízo moral reside em deixar que instituições financeiras estrangeiras concorram no mercado local. Isso manteria os ativos e passivos contabilizados em moeda local e elas seriam menos expostas ao risco da taxa de câmbio. Um sistema financeiro aberto encorajaria concorrentes estrangeiros com comprometimento a longo prazo, de forma a reduzir a dependência do capital de curto prazo. E os bancos estrangeiros trariam conhecimento de gerenciamento de risco e atuariam como paraísos relativamente seguros na ocorrência de uma crise.

## **UMA MISSÃO MAIS CONCENTRADA PARA OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO**

Os principais problemas dos bancos de desenvolvimento são que seus programas não possuem objetivo, freqüentemente possuem poucas relações (ou não se relacionam) com seus propósitos declarados, e todos deixam com muita freqüência de atingir seus objetivos. Após décadas de programas, muitas das nações mais pobres possuem padrões de vida mais baixos que no passado. O erro não é totalmente dos bancos de desenvolvimento, mas eles não encontraram formas de superar os obstáculos criados por alguns governos. E continuam a emprestar, apesar dos obstáculos e dos fracassos resultantes.

Os países que fizeram progressos substanciais são aqueles que fortaleceram as instituições e o papel dos mercados; os que não fizeram essas reformas fizeram pouco ou nenhum progresso. A maior parte dos países muito pobres

deve grandes somas às IFIs que não podem ser atendidas ou pagas de volta. Esses débitos necessitam ser totalmente perdoados, mas somente após os países implementarem as reformas.

As mudanças nos bancos de desenvolvimento deverão concentrar-se em três amplas áreas. Primeiramente, os bancos de desenvolvimento deverão trabalhar para aprimorar a qualidade de vida, mesmo em países onde a corrupção e as disposições institucionais dificultam ou impedem o desenvolvimento econômico. No lugar de empréstimos, os bancos de desenvolvimento deverão oferecer doações que cubram até 90% do custo de projetos aprovados. Para aumentar a realização e reduzir o desperdício, as doações deverão ser concedidas após concorrências competitivas e deverão exigir monitoramento independente e auditoria dos resultados. Os pagamentos deverão ser feitos após certificar-se o desempenho, e diretamente aos fornecedores, não aos governos. Isso daria aos fornecedores o incentivo de assegurar que suas inoculações sejam feitas, seja fornecida água potável, aprimorem-se as condições sanitárias, as taxas de analfabetismo sejam reduzidas e que esses e outros programas produzam resultados mensuráveis. Em segundo lugar, empréstimos subsidiados de longo prazo para desenvolver instituições eficazes assistiram os países dispostos a adotar e manter as reformas necessárias. Também aqui, auditores independentes necessitam certificar que o progresso continue. Em terceiro lugar, está a questão de bens públicos regionais e globais. Muitos problemas que impedem o desenvolvimento ou reduzem a qualidade de vida são comuns a muitos países diferentes. Os bancos de desenvolvimento vêm mantendo abordagem específica para cada país. Eles não tentaram encontrar soluções para preocupações comuns que envolvem questões de saúde, agricultura tropical e muitas outras áreas. A pesquisa tem altos custos e a demanda de

mercado individual é muito pequena para induzir companhias à pesquisa. Reunindo os países e subsidiando seus esforços conjuntos de pesquisa, os bancos de desenvolvimento podem preencher a lacuna entre as taxas de retorno social e privado.

Os escassos recursos financeiros oficiais necessitam ser concentrados em países pobres que não tenham acesso a fundos alternativos. Os países deverão qualificar-se automática e regularmente através dos programas dos bancos de desenvolvimento. A qualificação liberaria mais dinheiro para ajudar os países mais pobres. Os bancos de desenvolvimento deverão continuar a oferecer assistência técnica aos países que se qualificarem, mas esses países deverão tomar emprestado no mercado e sujeitar-se à disciplina do mercado.

## **CONVOCAÇÃO PARA A REFORMA**

A economia internacional experimentou diversas crises financeiras profundas e prolongadas nos últimos vinte anos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico não passou pelos países mais pobres. Muitos deles estão na África, mas pode-se encontrar pobreza extrema também na América Latina, Ásia e sul e leste da Europa.

A reforma das instituições financeiras internacionais é necessária para aumentar a estabilidade econômica, aprimorar o fluxo de informações, encorajar o desenvolvimento econômico, apoiar reformas institucionais, reduzir a pobreza e possibilitar o oferecimento de bens públicos regionais e globais. □

---

Observação: As opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

---

## ❑ O FMI E O BANCO MUNDIAL: ATENDENDO A CRISES FINANCEIRAS E DESENVOLVIMENTO

---

*Entrevista com Timothy Geithner, Membro Sênior do Conselho de Relações Exteriores e ex-Vice Secretário do Tesouro para Assuntos Internacionais*

*As instituições financeiras internacionais (IFIs) continuarão a desempenhar papel crucial no sistema financeiro internacional, auxiliando os mercados de países emergentes a atravessar crises financeiras e ajudando o desenvolvimento das nações mais pobres, afirma Timothy Geithner, ex-vice secretário do Tesouro para Assuntos Internacionais. Reformas recentes, aumento dos financiamentos e novas ferramentas financeiras ajudaram a tornar as IFIs mais eficazes, afirma Geithner.*

*Esta entrevista foi conduzida pelo editor gerente de Perspectivas Econômicas, Warner Rose.*

---

**PERGUNTA:** A comunidade internacional e as instituições financeiras internacionais estão mais aptas a evitar e conter crises financeiras hoje, em comparação com cinco anos atrás?

**GEITHNER:** Vivemos em um mundo de governos soberanos e de mercados de capitais cada vez mais integrados. O sistema como um todo sempre terá capacidade limitada de evitar que governos soberanos tomem decisões que mais tarde os levarão a crises financeiras ou que não reduzam sua vulnerabilidade a crises.

A maior parte dos economistas concordaria que sua capacidade de prever crises eficientemente é muito limitada. E, mesmo quando se pensa ter conhecimento confiável dos riscos enfrentados por um país, é difícil convencer os governos a cuidarem desses riscos suficientemente cedo para tornar as crises menos prováveis ou menos severas. Temos que começar com esta premissa básica.

Como o mundo agora é muito integrado e muitas economias de mercado grandes e emergentes que são significativas para o sistema estão mais abertas aos fluxos de capital, o sistema como um todo é mais vulnerável às mudanças de percepção que são inerentes a todos os mercados. Em locais onde o capital é mais volátil, os

efeitos de mudanças de confiança, percepções e fundamentos podem ter efeito muito mais rápido e de maior alcance sobre os países.

Durante os últimos cinco anos, houve diversos acontecimentos que forneceram às instituições financeiras internacionais ferramentas muito mais poderosas (principalmente ferramentas financeiras) para atender a crises e ajudar os países a reduzirem sua vulnerabilidade.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também incentiva os países a moverem-se rumo a disposições de taxas cambiais mais elásticas, abandonando câmbios fixos que podem resultar no acúmulo de dívida externa de curto prazo e outras vulnerabilidades que podem ser tão devastadoras em uma crise. Houve uma mudança rumo a um regime mais flexível, que torna o próprio sistema mais elástico. Mas provavelmente a mudança definitiva e mais promissora foi uma revolução da transparência; a qualidade das informações que os países que pertencem ao FMI necessitam revelar para os mercados é muito maior, muito mais abrangente e muito mais oportuna do que nunca.

**P:** Quais são as novas ferramentas para atender às crises?

**GEITHNER:** As principais ferramentas são os maiores recursos do FMI.

Primeiramente, houve, em 1999, o aumento da quota de contribuição dos membros do FMI, que quase dobrou os recursos financeiros do Fundo. Em segundo lugar, um novo fundo de reserva financeira emergencial, denominado Novas Disposições para Empréstimo, um fundo de US\$ 50 mil, que entrou em vigor em 1998. Foram estabelecidos novos instrumentos do FMI para fornecer a capacidade financeira em ampla escala em situações de emergência. Essa capacidade financeira é fornecida a uma taxa de juros acima do mercado (uma taxa de juros de penalização) com vencimento menor, de forma que os países não utilizarão esse instrumento a menos que seja realmente necessário e serão incentivados a voltar aos mercados privados o mais rápido possível.

**P:** Quais são os instrumentos novos?

**GEITHNER:** O principal instrumento novo é o Instrumento de Reserva Suplementar, o SRF. Um segundo é a Linha de Crédito de Contingenciamento, ou CCL, que possui características levemente diferentes.

O SRF foi projetado para países que passam por crises resultantes de uma mudança das condições que geram grande movimentação de fluxos de capitais. Geralmente, este instrumento deverá ser invocado somente quando houver algum risco de contágio da crise.

O SRF foi utilizado pela primeira vez para a Coréia em dezembro de 1997 e depois para o Brasil, em 1998.

A Linha de Crédito de Contingenciamento é projetada para incentivar os países a colocar em prática antecipadamente políticas que possam torná-los menos vulneráveis a crises, fornecendo-lhes a capacidade de contingenciamento para retirar fundos potencialmente substanciais quando houver uma crise. Embora o CCL esteja pronto e ativo, ainda não foi utilizado.

**P:** Quais outras disposições funcionam com essas ferramentas?

**GEITHNER:** Como complemento, os principais países doadores/credores colocaram em prática disposições inovadoras com base no mercado para utilização durante crises, a fim de lidar com reivindicações apresentadas por investidores privados, de forma que a dívida possa ser reestruturada quando necessitar de reestruturação, ou que os credores externos de um país possam ser incentivados a manter exposições ou postergar o vencimento dessas exposições quando apropriado.

Existe portanto agora, de forma geral, maior capacidade de uso das finanças oficiais, o que é mais uma resposta construtiva de investidores privados para ajudar a solucionar uma crise mais rapidamente.

**P:** Qual foi o efeito desses novos instrumentos?

**GEITHNER:** Eles deram ao FMI a capacidade de reagir com maior força financeira, quando necessário, para lidar com uma crise que tenha ramificações sistêmicas e assegurar que isso seja feito em condições capazes de restaurar rapidamente a confiança.

Foi esta capacidade que fez funcionar o programa para o México em 1995 e possibilitou que as recuperações da Coréia e do Brasil fossem tão eficazes. Esses países recuperaram-se muito mais rapidamente do que havia previsto a maioria das pessoas.

O mesmo tipo de pacotes financeiros inovadores foi utilizado para as crises que se seguiram, mais recentemente, na Argentina e na Turquia.

Nos casos em que houve sucesso, este deveu-se à mescla praticamente sem precedentes de recursos financeiros em larga escala e um forte e confiável programa de reformas econômicas no país. Nos casos em que os programas não funcionaram, isso deveu-se em grande parte ao fracasso dos sistemas políticos dos países em fazer esforços confiáveis para trazer a confiança de volta.

**P:** E sobre a questão de danos morais: essas ferramentas de resgate, por existirem, encorajam investidores e países a acreditarem que o FMI os salvará de maus investimentos e políticas erradas?

**GEITHNER:** Os críticos argumentam que os programas de assistência para o México, Coréia e Brasil aumentaram o grau de danos morais ao sistema.

Mas, ao examinar os negócios financeiros dos mercados emergentes atualmente, o risco padrão embutido nas taxas de juros agora conduzidas por esses empréstimos, a quantidade de dinheiro que agora flui para os mercados emergentes e a forma desses fluxos, existe pouco fundamento para concluir-se que um grau significativo e perigoso de danos morais foi induzido ao sistema. A maior parte dos bons trabalhos acadêmicos recentes sobre este assunto chega a conclusões similares. Existe maior diferenciação do que antes na forma como é estabelecido o custo do risco de crédito nos mercados emergentes. Isto é um bom indicador do sucesso das melhorias de transparência e maior consciência dos riscos.

Sempre haverá danos morais ao sistema em virtude da existência do FMI e este risco necessariamente aumenta ao fazer-se o que foi feito nos últimos anos, expandindo-se os recursos disponíveis para crises e anunciando que estamos preparados para fazer uso deles. O desafio é limitar este risco, preservando a capacidade de reagir de forma eficiente a crises futuras.

**P:** O FMI está se envolvendo mais em programas de desenvolvimento?

**GEITHNER:** A análise do que proporciona desenvolvimento vitorioso durável expandiu-se ao longo do tempo. Reconhece-se atualmente que o crescimento exige mais do que políticas macroeconômicas confiáveis. Uma grande quantidade depende da qualidade da estrutura institucional estabelecida para permitir que uma economia de mercado funcione. E uma grande parte do que importa é a escala e a qualidade dos investimentos feitos em assistência médica, educação e similares.

O Fundo deveria concentrar-se principalmente na estrutura política macroeconômica, que é fundamental para estratégias duráveis de crescimento. Mas existem assuntos fora desta estreita estrutura que também são importantes para a estabilidade financeira, como a força do próprio sistema financeiro. Estas questões são a ocupação do Fundo. As questões mais amplas de mudanças estruturais e programas sociais deverão ser ocupação dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

**P:** Como o FMI e o Banco Mundial trabalharão juntos? Onde termina a tarefa de um e começa a do outro?

**GEITHNER:** Na maioria dos países, o Banco e o Fundo provavelmente trabalharão lado a lado por um período de tempo significativo. Este provavelmente não será o caso nas economias dos mercados emergentes; nelas, será mais casual, com o Fundo envolvido temporariamente. Mas, nas economias em transição, nos países mais pobres, ambos provavelmente estarão lado a lado, trabalhando juntos, por um longo período de tempo.

O Fundo fará a macroestrutura básica, que inclui a política de taxas de câmbio, que ajuda a determinar o crescimento de um país e se o dinheiro fica ou não no país. E o Banco fará os investimentos a longo prazo em política de desenvolvimento para aprimorar a qualidade dos serviços públicos, tais como assistência médica, educação e desenvolvimento agrícola.

No setor financeiro, o Fundo e o Banco trabalham juntos de forma eficiente, particularmente ao projetarem um programa para fortalecer o sistema financeiro de um país.

**P:** Onde se encaixam os bancos regionais de desenvolvimento na divisão de trabalho?

**GEITHNER:** O Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento necessitam selecionar, região por região, país por país, o que o Banco deverá fazer e o que deverão fazer os bancos de desenvolvimento. Todos têm interesse em criar uma divisão prática de trabalho, pois os recursos são escassos e eles não querem todos estar tentando fazer o mesmo tipo de coisa. Os bancos de desenvolvimento afirmam estar cientes da necessidade de serem complementares, e não redundantes.

**P:** Os bancos de desenvolvimento deveriam estar emprestando para países em desenvolvimento que já podem tomar emprestado nos mercados financeiros internacionais?

**GEITHNER:** O acesso dos países em desenvolvimento ao mercado é tênue, frágil, vulnerável à reversão, parcial e de alto custo. Isto é verdadeiro da Polônia à Indonésia, do Brasil à Coreia, e a maior parte dos países mais pobres não tem acesso ao mercado.

Mesmo os países que se estabeleceram nos mercados privados às vezes têm o acesso rompido, abreviado, limitado ou disponível a custos muito altos, com vencimentos muito curtos. Acho que a experiência dos últimos cinco anos deveria demonstrar que a situação básica dos bancos de desenvolvimento descrita na conferência de Bretton Woods em 1944 é melhor hoje do que naquela época, pois o mundo é mais integrado, apesar do fato dos mercados de capital privado serem agora tão grandes.

**P:** Qual é a próxima etapa da iniciativa de perdão de dívida Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), administrada pelo FMI e pelo Banco Mundial?

**GEITHNER:** Embora 22 países tenham começado a beneficiar-se da iniciativa de perdão de dívida, ela ainda se encontra no seu estágio inicial. Os principais objetivos da iniciativa são o de colocar em prática mudanças duradouras da forma como o FMI e o Banco Mundial estabelecem prioridades de desenvolvimento e definem a condicionalidade política, e de mudar a forma como os governos beneficiários tomam decisões sobre como utilizar seus recursos. É necessário que haja redirecionamento das prioridades da política econômica nesses países, novos mecanismos de prestação de contas, aumento da participação da sociedade civil e redirecionamento dos recursos do perdão da dívida para investimentos em prioridades fundamentais de desenvolvimento.

Examinando adiante, os países doadores, incluindo os Estados Unidos, necessitam ser muito cuidadosos sobre seus empréstimos aos beneficiários do HIPC. Todos os principais governos doadores possuem programas de empréstimos bilaterais que apóiam exportações, incluindo exportações agrícolas e similares. É muito importante que essas agências bilaterais não coloquem dinheiro nesses países sob taxas de mercado, de forma a aumentar seus encargos da dívida.

Os Estados Unidos incentivam outros países doadores a comprometerem-se a fornecer a maior parte da sua assistência ao desenvolvimento na forma de doações. É algo que os Estados Unidos fizeram muito tempo atrás. Há também um movimento para oferecer mais assistência do Banco Mundial para os países mais pobres, oferecida na forma de doações, particularmente para as nações altamente endividadas.

---

Observação: as opiniões expressas nesta entrevista não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

---

## ❑ OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO EM UMA ECONOMIA GLOBAL EM MUTAÇÃO

---

*Nancy Birdsall, Associada Sênior, e Brian Deese, Membro Júnior, Fundação Carnegie para a Paz Internacional*

*Apesar do crescimento em quantidade dos fluxos de capital privado para os mercados de países emergentes e em desenvolvimento, ainda existem boas razões para que os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) continuem suas atividades nessas economias, afirmam Nancy Birdsall e Brian Deese, da Fundação Carnegie para a Paz Internacional.*

*Os novos fluxos privados (principalmente para países em desenvolvimento de renda média) são altamente suscetíveis de reversão e, em tempos difíceis, os empréstimos privados podem não estar disponíveis ou ter alto custo. Os BMDs servem, portanto, como reserva, ressaltam Birdsall (ex-vice-presidente executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Deese. Os empréstimos dos BMDs podem ajudar a "convocar" investimentos privados, assinalar o compromisso de um país com a reforma e realizar outras funções cruciais, afirmam eles. No entanto, os BMDs necessitam mudar suas políticas para adaptá-las às exigências em mutação dos seus membros.*

---

O Banco Mundial foi fundado em consequência da Segunda Guerra Mundial, como veículo para a transferência de capital de investimento de países ricos em capital para países pobres de capital. A idéia inicial era simples, brilhante e perfeitamente adaptada às oportunidades e embaraços do período imediato pós-guerra. Era a criação de uma instituição que concedesse empréstimos baratos, apoiada pelas garantias dos Estados Unidos e outros membros soberanos ricos em capital e não tomadores de empréstimos, de forma a emprestar a juros baixos para governos pobres de capital. Em meados dos anos 1960, foram criados os Bancos Interamericano, Asiático e Africano de Desenvolvimento ao longo das mesmas linhas. No início dos anos 1990, com o final da Guerra Fria e a entrada das antigas economias comunistas no sistema de mercado, veio o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Mas os tempos mudaram. Os anos 1990 não foram particularmente fáceis para o Banco Mundial e seus irmãos, os bancos regionais. As forças da globalização colocaram-nos em opressão. A globalização trouxe um

aumento da quantidade dos fluxos de capital privado para os países com renda média na América Latina, Leste Asiático e Leste Europeu e para alguns países de baixa renda, como a China e a Índia. Isso levantou sérias questões sobre a missão original dos bancos multilaterais de desenvolvimento (a transferência de capitais de investimento de países ricos em capital para países pobres de capital). Ao mesmo tempo, os acionistas do governo, muitas vezes liderados pelo governo norte-americano, aumentaram suas exigências sobre os bancos; para que lidassem não apenas com crescimento e desenvolvimento, mas com a redução da pobreza, administração da dívida, crises financeiras, reconstrução pós-conflito, coordenação de doadores e o gerenciamento de programas ambientais globais. Essas atribuições adicionais, o aumento do custo dos meios de proteção, tais como a análise do impacto ambiental, e uma mudança geral de grandes investimentos em infraestrutura para projetos menores, mais "suaves" nas áreas sócio-ambientais e no estado de Direito, aumentaram o custo de fazer negócios e ameaçam a lucratividade a longo prazo trazida por projetos grandes e mais simples. Eles também contribuíram para uma aparente falta de enfoque que questionou o apoio político dos bancos.

Duas questões adicionais na década de 1990 também foram alvos de críticas dos BMDs. Nos países mais pobres, a acumulação de dívida não gerenciável com os BMDs (juntamente com outros credores oficiais) levantou sérias questões sobre a eficácia de empréstimos multilaterais. E a participação dos BMDs em pacotes de recuperação financeira para o México em 1995, leste asiático em 1997, Rússia em 1998 e o Brasil em 1999 foi duramente criticada. Alguns argumentaram que esses pacotes de recuperação contribuíram para o dano moral e serviram de operações de salvamento de credores privados; outros a consideraram prostração de joelhos aos interesses estreitos dos Estados Unidos ou de outros investidores importantes; enquanto ainda outros consideraram-nas ocasiões de condicionalidade de empréstimos sem garantias e além do razoável.

Como com a democracia (relembrando a famosa citação de Churchill), nenhuma das partes relevantes (hoje em

dia, "investidores") ficou feliz com o desempenho dos bancos na última década. Mas, aparentemente, os donos dos bancos, os governos membros, não viram melhores alternativas institucionais para um número crescente de tarefas de desenvolvimento e finanças globais.

Em seguida, em março de 2000, surgiu o relatório da Comissão Consultiva sobre Instituições Financeiras Internacionais, mais conhecida como Comissão Meltzer, pelo seu presidente Allan H. Meltzer, ao Congresso norte-americano. Ele recomendou que os BMDs abandonem completamente os países com renda média e acesso significativo ao capital privado (a comissão definiu países de "renda média" como tendo renda per capita de mais de US\$ 4 mil ou classificação de crédito soberano em grau de investimento). Ele também convocou o Banco Mundial a abandonar todos os empréstimos aos países mais pobres e tornar-se uma "Agência" de Desenvolvimento Internacional que concede doações. Essas recomendações refletiram o crescimento do ceticismo sobre a contínua relevância da lógica original dos bancos, tanto para a transferência de capital para países com renda relativamente alta (Coréia, Polônia, Argentina, Brasil), como para a continuação das suas funções bancárias nos países de baixa renda. De fato, à medida que o novo governo Bush formula sua abordagem sobre finanças internacionais, este é um bom momento para reestudar questões sobre os bancos multilaterais de desenvolvimento. À medida que o ambiente global muda, qual é, na verdade, a razão da existência dos BMDs? Eles devem fazer mais ou menos? Se há uma razão para eles, que mudanças são necessárias em suas políticas financeiras e outras para torná-los mais eficazes neste novo ambiente?

## **NÃO ABANDONE OS BANCOS**

Existem boas razões para manter os BMDs como instituições de empréstimo no mundo em desenvolvimento. Em primeiro lugar, a idéia da Comissão Meltzer de abandonar todas as atividades em países de renda média é auto-destrutiva. Os fluxos de capital privado são fortemente pró-cíclicos e, apesar das receitas relativamente altas, as economias emergentes ainda são suscetíveis a choques internos e externos que iniciam rápidas reversões de fluxos de entrada. Atualmente, países como o Brasil, México, Tailândia e África do Sul podem tomar dinheiro emprestado de bancos privados e do mercado de capitais global. Mas, quando os tempos são difíceis nos mercados mundiais, seu acesso ao crédito privado não é assegurado de nenhuma forma. Para aqueles que continuam a ter acesso, os custos dispararam.

Por esta razão, a Argentina evitou tomar dinheiro emprestado em grande parte do ano de 1998.

Paul Volcker, ex-chefe do Sistema de Reservas Federais dos Estados Unidos, definiu as economias de mercado emergentes como pequenos barcos em um mar turbulento. Mesmo com uma tripulação competente e um navio resistente, uma grande tempestade pode afundar um barco pequeno. Um sinal de que uma economia é um barco pequeno é a fragilidade da sua manutenção em uma avaliação de risco de investimento. A Colômbia perdeu essa avaliação no último verão. A avaliação de risco de investimento da Venezuela de uma década atrás desapareceu muito antes dos seus recentes problemas políticos.

Em segundo lugar, mesmo quantidades pequenas de empréstimo dos BMDs podem ser fundamentais para "convocar" investimentos privados, desde que os fundamentos econômicos dos países beneficiários sejam adequados. O empréstimo dos BMDs concentra-se no fortalecimento da capacidade institucional e nas ferramentas de elaboração de política dos países em desenvolvimento, para criar um ambiente que conduza ao maior investimento privado. Investimentos no desenvolvimento (em escolas, estradas, supervisão bancária e reforma municipal) ajudam a criar clima positivo para aumento do investimento privado.

O financiamento do BMD também fornece um sinal ao mercado privado sobre a capacidade institucional e o comprometimento político a médio prazo de um país. Isto pode ser importante para economias pequenas, em que os custos de rastreamento da política e das instituições locais pelo setor privado (tais como transporte ou bancos) é relativamente alto. Para essas economias, o endosso tácito fornecido pelo empréstimo de um BMD pode ajudar a atrair capital privado. Naturalmente, é possível separar a função de sinalização do empréstimo, como fazem as agências de avaliação, como a Moody's e Standard and Poor's. Mas o envolvimento detalhado dos BMDs na preparação dos projetos que financiam significa que eles são vistos como tendo melhores informações que os demais.

Por fim, os BMDs podem fazer avançar o processo de reforma em alguns países, ajudando a catalisar o diálogo entre diferentes grupos de interesse (entre o governo e a oposição democrática, entre os governos central e locais, entre a sociedade civil e o governo). O processo de empréstimo fornece poder de convergência para reunir os

participantes e proporcionar um fórum para coordenação e acerto de disputas. Seu poder de convergência reflete o fato de serem negociadores relativamente independentes com experiência global no que é a melhor prática sobre ampla variedade de questões técnicas e políticas.

## **MAS PONHA FIM AOS "NEGÓCIOS HABITUAIS"**

Isto não quer dizer que não haja necessidade de mudanças para que as políticas financeiras e outras dos BMDs possam adaptar-se às novas exigências. Quais mudanças poderiam tornar os BMDs mais úteis e suas atividades mais sustentáveis e eficazes a baixo custo na economia global? Aqui estão algumas.

**Diferenciar preços com um olho na lucratividade:** para todos os empréstimos do setor público, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento utilizam preços cooperativos. Cada tomador de empréstimo enfrenta o mesmo custo de juros e, em sua maioria, possui o mesmo período de repagamento (para o Banco Mundial, por exemplo, normalmente 15 a 20 anos, incluindo um período de graça de quatro a cinco anos). Com um regime de custos mais flexível, os bancos poderiam adaptar-se às diferentes (e cada vez mais divergentes) necessidades dos países. Os custos dos BMDs poderiam tornar-se mais específicos para cada situação, país e produto. A médio prazo, isso poderia melhorar as finanças das instituições e reduzir sua necessidade de aumento do capital. Taxas de juros mais altas para empréstimos maiores e de rápido desembolso são um exemplo. (Em uma exceção até aqui à regra geral, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento cobraram taxas de juros mais altas para seus empréstimos de emergência para a Coreia, em 1998.)

Mais radical (e mais controversa) seria uma decisão de ajustar as taxas de juros à renda per capita dos países, cobrando, por exemplo, taxas mais altas de países com renda mais alta. Note-se que todas as taxas são subsidiadas através das garantias dos não-tomadores de empréstimos contra o passivo das instituições; o subsídio seria menor para países com renda mais alta, caso pagassem taxas mais altas mas ainda subsidiadas. As taxas mais altas para países com renda mais alta trariam as taxas dos BMDs para mais perto do mercado, reduzindo qualquer chance de que o financiamento dos BMDs convocasse investimentos privados e diminuindo o incentivo à auto-qualificação como a principal vantagem financeira dos empréstimos dos BMDs aos países. A qualificação automática

recomendada pela Comissão Meltzer (em renda per capita de US\$ 4 mil) não permite diferenciações pelas diferenças de disponibilidade institucional e pelos benefícios do diálogo e aconselhamento dos BMDs, que mesmo países com alta renda poderão querer explorar, mas também deverão pagar por isso. Por fim, custos mais altos incentivariam uma burocracia mais eficiente, competitiva e orientada para os clientes a manter demanda adequada dos tomadores de empréstimos mais dignos de crédito.

De forma similar, os vencimentos dos empréstimos poderiam ser mais flexíveis. Por que os países precisam tomar um empréstimo por quinze anos se o bom gerenciamento da dívida torna ideal um empréstimo por dez anos?

**Lidar com emergências:** desde o México em 1995, os BMDs estiveram envolvidos em pacotes de salvamento em economias de mercados emergentes. A Comissão Meltzer concluiu que os BMDs não deveriam participar de nenhuma forma de crise com empréstimos e deveriam deixar toda a responsabilidade para o FMI. Ainda assim, os BMDs vêm desempenhando, e deverão continuar a desempenhar, importante papel no auxílio aos países a se recuperarem de crises econômicas. Os empréstimos de emergência dos BMDs foram condicionados a mudanças estruturais internas nas áreas de gerenciamento financeiro e redes de seguridade social, e capitalizaram-se sobre as emergências para estabelecer capacidade de monitoramento e avaliação e sistemas de supervisão mais fortes nesses países. Somente os subprogramas sociais mais eficientes foram destinados a financiamento para apoio às redes de segurança.

Entretanto, os empréstimos de emergência exercem pressão potencial sobre os recursos de capitais dos bancos. Uma opção é cobrar mais por esses empréstimos, como no exemplo coreano. Uma segunda opção é a criação pelos bancos de um instrumento de empréstimo por contingenciamento. Isso ajudaria a evitar emergências ao tranquilizar os credores privados com liquidez adequada do país no caso de choque. Como (idealmente) os empréstimos não seriam realmente utilizados, os bancos necessitariam cobrar dos países o equivalente a um prêmio de seguro ou taxa de garantia para cobrir os custos bancários de manutenção do empréstimo potencial em sua contabilidade.

**Não suprimir, mas ordenar, a condicionalidade:** os críticos argumentam que a condicionalidade dos BMDs prejudicou a reforma da "posse". Mas isso estabelece o

argumento da posse contra a condicionalidade. Na verdade, dada a posse, que é necessária para que as reformas se sustentem, a condicionalidade pode ser complementar. Caso a posse esteja disponível (por governos que prestem contas aos seus cidadãos), acordos, contratos e, claro, "condições" podem ajudar os governos a assinalar aos investidores locais e estrangeiros seu próprio compromisso a médio prazo para manter seus programas de reformas.

Mas, uma vez que as condições sejam estabelecidas, os BMDs necessitam colocar as condições em prática, mesmo através de corte de desembolsos contra empréstimos. A falta de aplicação, no passado, prejudicou a eficácia dos bancos. Nos países mais pobres, principalmente na África ao sul do Saara, o resultado foi muito empréstimo e muita dívida, sem muito na forma de resultados de desenvolvimento. A prática da condicionalidade significa, ao final, que o empréstimo será muito mais seletivo entre os países. Grandes programas de empréstimos serão confinados a países que possuam o comprometimento político, a mínima capacidade institucional e o apoio público para fazê-los funcionar. Nos demais países, os BMDs terão que permanecer engajados sem emprestar (e os custos administrativos e de recursos humanos desse engajamento necessitarão ser financiados por "lucros" sobre empréstimos a outros países).

**Aproveitar a oportunidade da iniciativa HIPC — seletividade:** A iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados) é mais uma de uma longa série de programas de perdão de dívida para os países pobres. Mas é a primeira a incluir a redução da dívida multilateral até então intocável. Existem preocupações legítimas sobre o programa HIPC: que é muito pequeno em relação às tremendas necessidades de desenvolvimento dos países e pode comprometer as alocações futuras dos doadores; e que não fornece garantias de que a dívida perdoadada será traduzida em aumento dos gastos domésticos com as necessidades das pessoas, especialmente em educação e saúde.

Mas a iniciativa realmente apresenta uma clara vantagem. Existem boas evidências de que, uma vez que os países beneficiários tenham acumulado altas dívidas com instituições multilaterais, todos os doadores comecem a emprestar (independentemente da política e da capacidade do país), aparentemente para assegurar que os países com altas dívidas evitem atrasos de pagamentos para os multilaterais. HIPC representa, portanto, uma

oportunidade de corrigir uma tendência alarmante de colapso da seletividade política em países com alta dívida multilateral. Mesmo sem recursos adicionais de doadores, o perdão de dívidas, ao permitir que os doadores sejam seletivos, asseguraria mais fundos para países com boas políticas e instituições adequadas (e, naturalmente, menos para países com más políticas e instituições inadequadas). O retorno à seletividade na comunidade doadora poderá criar um círculo vicioso, ao convocar fluxos privados para países com boas políticas e dívida baixa.

O programa HIPC parece ser necessário para assegurar este resultado. Mas está longe de ser suficiente. No futuro, todos os doadores, incluindo os BMDs, necessitam ser mais duros, vinculando novos empréstimos muito mais a realizações do que a promessas.

**Revisar a representação nesses "clubes" financeiros:** a administração dos BMDs tem sido eficaz (em comparação com o sistema de um voto para cada país das Nações Unidas) porque a tomada de decisões tem sido relativamente bem alinhada com a responsabilidade e o encargo financeiro. Os não tomadores de empréstimos, especialmente os Estados Unidos, têm mais votos e mais poder porque seu capital integralizado e disponível forneceu a base para a capacidade dos bancos para tomar emprestado a taxas baixas e assim emprestar a taxas baixas. À medida que mudou a economia global, entretanto, surgiram duas questões. Em primeiro lugar, existe uma discrepância crescente entre os custos reais associados com a posse do capital nos BMDs e o poder dos países no processo de tomada de decisões. O custo para os Estados Unidos associado ao seu capital ou a parcelas de propriedade no Banco Mundial representa o custo de oportunidade para os contribuintes norte-americanos, associado com o capital que eles mantêm no banco. O real custo anual dessas contribuições, entretanto, é pequeno, porque não são necessários novos aportes para apoiar as operações regulares do Banco Mundial e a garantia de cobertura da dívida do Banco Mundial na hipótese extremamente improvável de falta de pagamento é virtualmente invisível para os votantes.

Em segundo lugar, os BMDs estão cada vez mais embutidos em um sistema maior de governabilidade global. No sistema maior, com crescente interdependência, as economias de mercados emergentes tornaram-se participantes centrais, afetando e também sendo afetadas pelo sistema econômico-financeiro global. Elas devem assumir responsabilidades maiores e ter mais voz nos BMDs que são, afinal, fóruns centrais para a

tomada de decisões econômicas globais. Os BMDs seriam os líderes, e não retardatários, para encontrar formas de aumentar a representação dos tomadores de empréstimos em seu próprio governo.

Em resumo, a representação e o compartilhamento de riscos nesses clubes também necessitam ajustar-se às realidades em mutação. No caso do Banco Mundial, por exemplo, na próxima década o maior acionista isolado (os Estados Unidos, com cerca de 17%) poderia liderar um esforço dos membros do G-7 para vender parte das suas quotas, de forma que países como a China, Brasil e Índia pudessem aumentar suas quotas, seu poder de voto e, literalmente sua participação na propriedade do banco.

## **UM FUTURO MELHOR?**

O Banco Mundial e os bancos regionais são fundamentalmente organizações de membros, ou "clubes" de finanças, que existem porque a soma da credibilidade dos membros reduz os custos de empréstimos para todos os membros abaixo do que eles pagariam por si próprios. Um melhor futuro para os BMDs é moverem-se rumo a tornarem-se "clubes" dinâmicos. Isto exige que eles se tornem mais flexíveis e responsáveis, de forma geral, e mais responsáveis e representativos dos seus tomadores de empréstimos. □

---

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

---

## ❑ SERVIÇOS PÚBLICOS REGIONAIS EM ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL

---

Lisa D. Cook, Associada de Pesquisa, e Jeffrey Sachs, Diretor, Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard

*É dolorosamente deficiente nas estruturas existentes para assistência aos países em desenvolvimento o fornecimento de serviços públicos regionais, que podem variar da pesquisa sobre agricultura e doenças tropicais até a proteção ambiental, saúde pública e aplicação da lei, afirmam os autores Lisa D. Cook e Jeffrey Sachs do Centro para o Desenvolvimento Internacional. Os bancos multilaterais de desenvolvimento podem ajudar, afirmam eles, mas muito necessita ser feito para estabelecer as estruturas que proporcionem serviços públicos regionais. Sachs também é professor de Comércio Internacional em Harvard.*

---

Uma das lições básicas do moderno desenvolvimento econômico é que o setor público deve concentrar seus escassos recursos nas atividades que não serão fornecidas adequadamente por mercados privados. A assistência ao desenvolvimento internacional deverá ter preocupação similar, apoiando atividades desejáveis (os chamados serviços públicos) que não serão fornecidos adequadamente pelos mercados privados, nem pelos governos beneficiários de auxílio.

Durante os anos 1980 e 1990, os programas de auxílio tornaram-se cada vez mais uma espécie de substitutos do governo nacional, com as agências externas (normalmente lideradas pelas instituições de Bretton Woods) tentando fomentar o fornecimento de serviços públicos em nível local e nacional. A motivação básica, às vezes explícita mas muito mais freqüentemente implícita, era de que os governos nacionais não eram confiáveis para o fornecimento de serviços públicos nos seus próprios territórios. Nesta visão, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial liderariam as reformas em nome da política nacional porque os governos beneficiários de auxílio eram muito fracos, muito corruptos, muito propensos à precipitação ou muito incompetentes para fazer o trabalho por si próprios. O auxílio foi amplamente vinculado a condições políticas para assegurar que o governo beneficiário implementasse políticas apropriadas e fornecesse serviços públicos apropriados. Em princípio, se as condições não fossem atendidas, o auxílio seria cortado.

Um grande número de estudos e histórias casuais demonstrou que este modelo é profundamente falho. Em primeiro lugar, o dinheiro é fungível. Mesmo se as agências de auxílio externo conseguissem assegurar que fundos específicos fossem direcionados a propósitos específicos, elas não podem ter certeza de que os fundos do auxílio são verdadeiros aumentos em apoio a esses propósitos. Uma agência externa pode desejar impulsionar os gastos em educação, apenas para descobrir que os dólares de auxílio direcionados à educação são compensados por uma redução dos próprios gastos governamentais em educação.

Para assegurar que o auxílio realmente forneça serviços públicos que de outra forma não seriam fornecidos, os doadores necessitam repensar suas estratégias. Sem sombra de dúvida, existe uma área altamente negligenciada dos serviços públicos: os serviços que somente podem ser fornecidos eficientemente em nível regional (aqui entendido como um agrupamento de governos vizinhos) ou em escala global. Esta é uma área em que os bancos multilaterais de desenvolvimento terão papel a desempenhar.

### O CASO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REGIONAIS

É fácil oferecer exemplos de serviços públicos que necessitam ser fornecidos em nível regional com diversos governos nacionais atuando em conjunto. Uma lista não conclusiva inclui:

- **Meio ambiente.** Muitas questões de gerenciamento ambiental cruzam inerentemente as fronteiras nacionais. Exemplos incluem bacias hidrográficas, muitos tipos de controle da poluição (chuva ácida, condução de efluentes), recursos nacionais e pesquisas científicas sobre ecozonas.
- **Saúde pública.** O controle de doenças infecciosas envolve inerentemente questões que cruzam fronteiras, pois os trabalhadores migrantes são tipicamente veículos para a proliferação de doenças. Isto é enfaticamente

verdadeiro para o HIV/AIDS na África, bem como para doenças mais tradicionais e devastadoras, como a malária. Grandes populações migratórias em muitas partes do mundo em desenvolvimento também significam que os sistemas nacionais de saúde estão subjugados por necessidades de estrangeiros. A pesquisa básica sobre doenças endêmicas em uma região específica levanta questões de cooperação regional, novamente devido à falta de capacidade e incentivo para qualquer país isolado assumir os custos de pesquisa e desenvolvimento eficaz. Da mesma forma, os incentivos para que companhias farmacêuticas privadas desenvolvam drogas e vacinas eficazes dependem do regime de direitos de propriedade intelectual vigente em uma região inteira afetada.

- **Regulamentação e estabilização do mercado financeiro.** As ligações além-fronteiras entre os mercados financeiros são inevitáveis porque esses mercados buscam retornos crescentes para equilibrar suas operações. Essas ligações levantam questões reguladoras importantes, pois a qualidade da atenção dos mercados financeiros a um país afetará significativamente os mercados financeiros em países vizinhos. Agrupamentos ou governos regionais estão cada vez mais buscando formas de harmonizar suas regulamentações financeiras e assegurar o monitoramento mais uniforme das suas políticas financeiras.

- **Transporte.** A coordenação de redes de transporte além-fronteiras é fundamental para o desenvolvimento econômico, ainda que extremamente difícil de gerenciar na prática. De forma geral, a construção e manutenção de estradas é em grande parte dirigida pela política local, e não pela otimização da rede de transporte. De forma similar, uma única instalação portuária nacional pode atender diversos países, fazendo surgir reivindicações do governo local sobre a utilização básica do porto.

- **Telecomunicações e transmissão de dados.** Sistemas de satélite e cabos óticos atendem regiões e não nações. A escala regional de concorrência entre os fornecedores de serviços de telecomunicações determinará significativamente o preço e a qualidade do serviço em qualquer nação individual.

- **Redes elétricas.** Os sistemas elétricos quase sempre exigem cooperação, gerenciamento e financiamento regional. Isto é verdadeiro no caso da força hidroelétrica, redes elétricas com ligações regionais e oleodutos que cruzem fronteiras nacionais.

- **Pesquisa e extensão agrícola.** A pesquisa agrícola possui aspectos profundos de serviço público, freqüentemente inerentes em escala regional, em vez de nacional. Questões regionais similares são inerentes a uma ampla variedade de preocupações agrícolas: estações de monitoramento meteorológico, simulação e previsão do tempo, seguro da safra, pesquisa e gerenciamento de conservação e pesquisa biotecnológica.

- **Aplicação da lei.** Muitos tipos de atividades criminais operam em escala regional, muitas vezes com um país servindo de ponto de trânsito ou porto seguro para operações criminais em outro país. Em muitas atividades, a aplicação da lei é seu ponto mais fraco. Uma estrada de um Estado do interior a um porto costeiro será praticamente inútil para o interior, se a estrada não for bem policiada no Estado costeiro.

Uma categoria geral extremamente pertinente de serviços públicos regionais é a pesquisa científica básica sobre problemas de preocupação regional, tais como saúde, agricultura e gerenciamento ambiental. Pesquisas recentes demonstraram que a maior parte dos países em desenvolvimento, especialmente os tropicais, enfrentam profundos problemas de saúde pública, agricultura e meio ambiente que exigem novas abordagens tecnológicas e científicas que não podem simplesmente ser "tomadas de empréstimo" ou retiradas das economias avançadas. A pesquisa científica dos países avançados dedica atenção relativamente escassa a problemas tropicais como a malária, esquistossomose, helminto e agricultura tropical. Além disso, as tecnologias agrícola e de saúde desenvolvidas nas economias avançadas não são diretamente aplicáveis nos trópicos. O financiamento científico para pesquisas de meio ambiente, agricultura e saúde tropical é insignificante em comparação com os fundos mobilizados para problemas da zona temperada.

## **O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS REGIONAIS**

Os serviços públicos regionais são geralmente subfornecidos, quando não totalmente desprezados. Embora os custos de transações para serviços públicos em nível nacional já sejam muito altos, em nível regional eles muitas vezes são insuportáveis. Por quê?

- Estados vizinhos freqüentemente encontram-se em conflitos militares diretos, estando portanto ocupados destruindo infraestrutura regional (pontes, estradas e sistemas elétricos que cruzam fronteiras), em vez de

construindo-a, ou estão em concorrência diplomática ("guerra fria"), quando não em concorrência militar direta.

- Os organismos regionais são muitas vezes politicamente fracos e dramaticamente subfinanciados pelos governos nacionais participantes.
- Os programas de assistência internacional são direcionados principalmente aos governos nacionais, e não às entidades supranacionais. Isso se deve em parte às constituições das instituições que concedem auxílio, tanto em nível internacional (ou seja, o FMI e o Banco Mundial) como em nível nacional (ou seja, agências doadoras em países de alta renda). É também o resultado do fato de que a fraqueza política dos organismos regionais torna-se auto-suficiente. As agências doadoras não fazem concessões a organismos regionais "fracos" e, como resultado, esses organismos não ganham força, capacidade e viabilidade financeira.

### **MODESTA EVIDÊNCIA SOBRE O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS REGIONAIS**

Embora os dados sejam escassos, as informações disponíveis indicam que existe pouco e precioso financiamento para serviços públicos regionais, embora haja alguns casos notáveis e histórias de sucesso.

Os dados do sistema de relatórios do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a mais abrangente fonte de informações sobre assistência bilateral, demonstram que a assistência líquida para o desenvolvimento (de países e instituições multilaterais) para programas de auxílio regional representa uma parcela muito pequena da assistência total. No caso da África, em 1996, foi de apenas 7,4%.

Embora os Estatutos do Banco Mundial exijam que ele empreste aos países membros, alguns dos projetos do Banco nos últimos anos tiveram característica de serviços públicos regionais. Isso foi conseguido através da coordenação de programas nacionais, implementados de forma conjunta, com acordos de financiamento idênticos, reunidos e aprovados pelo Comitê Executivo do Banco como iniciativa única. Exemplos incluem pesquisa agrícola pelo Grupo Consultor sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR); projetos hídricos como o

Programa de Gerenciamento de Água e Meio Ambiente da Bacia do Mar Aral, que coordenou atividades dos antigos Estados soviéticos da Ásia central; esforços de controle de doenças, tais como o Programa de Controle da Oncocercíase, que opera entre diversos países menores do oeste africano, e projetos de infraestrutura como a reabilitação da ferrovia Abidjan-Ouagadougou-Kaya. Embora esse tipo de empréstimo pareça ser pequeno, houve sucessos notáveis, como o Programa de Controle da Oncocercíase.

Embora os bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) pareçam idealmente apropriados para ajudar a financiar o fornecimento de serviços públicos regionais, este geralmente não parece ser o caso. Esses bancos dedicaram cada vez mais seus empréstimos ao atendimento de projetos nacionais do Banco Mundial. A alocação relatada pelo BAfD de empréstimos e doações do Fundo para o Desenvolvimento da África entre 1974 e 1997 parece demonstrar que 98,1% foram para programas nacionais e somente 1,9% para projetos multinacionais. Isto é especialmente irônico para uma região com numerosos problemas regionais, que incluem doenças infecciosas, conflitos entre fronteiras, necessidade de ligações de transporte e assim por diante.

O BID parece ter portfólio crescente de projetos regionais, embora ainda seja modesto com relação ao total de empréstimos. Até 1997, o BID havia feito 58 empréstimos regionais, totalizando US\$ 2,77 bilhões, com desembolso acumulado de US\$ 1,71 bilhão. Como os desembolsos totais do BID foram de US\$ 61,4 bilhões, os projetos regionais somaram 4,5% do total. Em 1997, o BID fez 18 empréstimos regionais, totalizando US\$ 833 milhões em compromissos, em comparação com US\$ 6,02 bilhões em empréstimos externos. Portanto, os empréstimos regionais representaram 13,8% do total, sugerindo um aumento dos empréstimos com bases regionais. Os projetos regionais em 1997 incluíram:

- Infraestrutura regional (oleoduto Bolívia-Brasil, sistema centro-americano de interconexão elétrica).
- Mercados financeiros regionais (programa de créditos para o Banco Centro-Americano de Integração Econômica).
- Pesquisa e desenvolvimento (programa tecnológico para

o gerenciamento de recursos naturais e agrícolas, sistemas de informação geográfica e mapeamento digital).

- Reforma política regional (apoio para a iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas).
- Iniciativas regionais de treinamento (parcerias e outros tipos de apoio para o treinamento avançado de funcionários públicos).

A Organização das Nações Unidas foi estabelecida, em grande parte, para solucionar problemas de coordenação internacional e aumentar a cooperação regional e internacional. Os 81 organismos da ONU são fornecedores centrais de serviços públicos regionais e internacionais. Exemplos importantes incluem a Organização Mundial da Saúde; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; a Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas; o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP); e outros esforços para a resolução de disputas, manutenção da paz e assim por diante. Entretanto, mesmo com as Nações Unidas não é possível, com base nos dados publicados, determinar o fluxo real de fundos para programas em nível nacional e quais são verdadeiramente regionais ou internacionais.

## ETAPAS OPERACIONAIS EM CURTO PRAZO

Este artigo é um estudo muito preliminar desta questão, destinado a estimular análise e ação adicional. Recomendamos as cinco etapas operacionais a seguir, a curto prazo:

- Coordenação entre o UNDP, o Banco Mundial, a OCDE e os bancos regionais de desenvolvimento, para desenvolver prestação de contas mais precisa da alocação de atividades entre os projetos nacionais e projetos regionais.
- Desenvolvimento de métodos analíticos no UNDP, Banco Mundial e OCDE sobre a alocação de fluxos de auxílio entre serviços públicos, bens privados e transferência de renda.
- Análise dos princípios que governam o Banco Mundial, o FMI, as agências das Nações Unidas, os bancos regionais de desenvolvimento e as principais agências doadoras bilaterais, para examinar propensões ou limitações legais sobre o fornecimento de auxílio a projetos regionais e organismos regionais.

- Pesquisa pelo UNDP de organismos regionais (tais como a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África, a Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano, o Mercosul, o Pacto Andino, a Associação de Nações do Sudeste Asiático e outras) para determinar seus orçamentos de operação, projetos regionais sob sua supervisão e o apoio recebido de agências nacionais e internacionais.

- Uma série de grupos de trabalho da UNDP em todo o mundo para explorar as opções políticas para maior fornecimento de serviços públicos regionais em áreas fundamentais como infraestrutura, saúde pública, pesquisa e desenvolvimento.

Os críticos do fornecimento de serviços públicos regionais apontam repetidamente para a atual fraqueza dos organismos regionais em cumprirem com a obrigação de fornecimento de serviços públicos. Mas os organismos regionais serão inerentemente fracos até receberem a obrigação e o financiamento para fazer mais. A União Européia encontrou suas origens em decisões dos Estados Unidos para canalizar o auxílio para reconstrução do pós-guerra através de um organismo regional (a Organização para a Cooperação Econômica da Europa), no contexto do Plano Marshall. O Plano Marshall, juntamente com um grupo de visionários europeus, criou o fornecimento de serviços públicos e cooperação regional na Europa, ao pressionar o continente varrido pela guerra a trabalhar em conjunto como condição para receber a assistência norte-americana.

Nosso objetivo comum a longo prazo deverá ser o de trabalhar rumo à reavaliação e reelaboração da estratégia de auxílio internacional de forma geral, para assegurar que a assistência internacional atenda às necessidades mais importantes do mundo em desenvolvimento, concentrando-se em atividades que não podem ser atendidas pelos governos nacionais e locais ou por participantes privados. □

---

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as opiniões ou políticas do governo norte-americano.

(Este artigo é um resumo de "Serviços públicos Regionais na Assistência Internacional", de Lisa D. Cook e Jeffrey Sachs, de "Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century", editado por Inge Kaul et. al., ©1999 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Utilizado com permissão da Oxford University Press, Inc.)

---

## ❑ O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO DO FMI/BANCO MUNDIAL

---

*Paul Hilbers, Vice-Chefe, Divisão de Inspeção do Sistema Financeiro I, Departamento de Assuntos Monetários e Cambiais, Fundo Monetário Internacional*

*As crises financeiras do final dos anos 1990 ressaltaram a importância de setores financeiros saudáveis para a estabilidade macroeconômica dos países e, em um mundo cada vez mais integrado, para a ordem financeira internacional mais ampla.*

*O Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF), estabelecido em conjunto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial em 1999, examina especificamente os setores financeiros dos países, avaliando as forças e vulnerabilidades, a fim de reduzir o potencial de crises, escreve Paul Hilbers, vice-chefe da Divisão de Inspeção de Sistemas Financeiros do FMI.*

---

As crises financeiras não são nada raras. Desde 1980, elas pipocaram em cerca de três quartos dos países do mundo, incluindo muitas nações industrializadas. A crise financeira da Ásia em 1997, entretanto, deixou claro como é crítico o setor financeiro de uma nação para a sua estabilidade macroeconômica e, em um mundo cada vez mais integrado, como os sistemas financeiros saudáveis são importantes para a manutenção de condições financeiras internacionais sem sobressaltos.

Como consequência das crises financeiras do final dos anos 1990, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial lançaram uma iniciativa, conhecida como o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF), para avaliar os sistemas financeiros dos seus membros. Os sistemas financeiros incluem todas as diversas instituições financeiras, tais como bancos, fundos mútuos e companhias de seguro, bem como os próprios mercados financeiros (como, por exemplo, mercados de ações, câmbio e dinheiro). Eles também incluem o sistema de pagamentos e a estrutura legal, reguladora e de supervisão que dá suporte às operações dos mercados e instituições financeiras. O PASF busca identificar forças e vulnerabilidades do sistema financeiro e reduzir o potencial de crises, de forma a contribuir com esforços para a promoção da estabilidade e do crescimento financeiro nacional e internacional.

O PASF utiliza-se amplamente do trabalho anterior do setor financeiro do Fundo e do Banco. O FMI concentrou-se tradicionalmente nas ligações de duas vias entre a saúde do setor financeiro e o desempenho macroeconômico, de um lado, e, de outro lado, no apoio a políticas que reduzem a probabilidade de crises financeiras e a severidade das que ocorrem. Estas incluem políticas para aumentar a atenção dos governos nacionais sobre os mercados e instituições financeiras, reduzir os riscos excessivos, aprimorar o gerenciamento de risco dessas instituições e promover a intermediação saudável dos fluxos financeiros. Elas também envolvem aprimoramentos das políticas macroeconômicas, tais como a política fiscal e monetária, com o propósito de tornar o ambiente macroeconômico mais estável e, portanto, mais propenso à estabilidade do setor financeiro.

O Banco concentrou-se na importância do setor financeiro para o desenvolvimento e a redução da pobreza. Demonstrou-se que um sistema financeiro em bom funcionamento é importante para o crescimento econômico, que é um elemento fundamental para a redução da pobreza. Por isso, o Banco tradicionalmente apoiou o desenvolvimento e o fortalecimento dos setores financeiros dos países.

O PASF busca alertar os países para prováveis vulnerabilidades do setor financeiro e assistir o Banco e o Fundo (e a comunidade internacional, em sentido mais amplo) no projeto apropriado de assistência. A qualidade das avaliações depende em grande parte da capacidade de análise e julgamento da equipe conjunta dos funcionários do Banco e do Fundo que os conduz. Os funcionários utilizam sua própria experiência e a de especialistas de entidades cooperadoras como diversos bancos centrais, agências supervisoras nacionais e organismos padronizadores internacionais (como, por exemplo, o Comitê de Basel de Supervisão Bancária, a Associação Internacional de Supervisores de Seguro e a Organização Internacional de Comissões Acionárias) e outras instituições. Esses especialistas externos fornecem elemento valioso de crítica paralela da análise,

especialmente com relação à observação de códigos e padrões do setor financeiro.

O programa PASF foi lançado em maio de 1999 em base provisória. Ele envolveu inicialmente uma dúzia de países com graus amplamente variados de desenvolvimento dos seus sistemas financeiros, incluindo países industrializados (como Canadá e Irlanda), países emergentes (como a África do Sul) e economias em desenvolvimento (como Camarões e El Salvador). O programa encontrou forte apoio nos países participantes e na comunidade internacional; é agora provável que se torne função permanente do trabalho do Fundo e do Banco.

## **OS COMPONENTES DO PASF**

O exame pelas equipes do PASF das forças, riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro de um país possui três componentes principais: (1) avaliação da estabilidade do sistema financeiro, incluindo fatores macroeconômicos que poderão afetar o desempenho do sistema e as condições do sistema que poderão afetar a macroeconomia; (2) avaliação da extensão a que se observam boas práticas, códigos e padrões relevantes do setor financeiro; e (3) avaliação das necessidades de desenvolvimento e reforma do setor financeiro. A equipe identifica ações que fortaleceriam o sistema financeiro, juntamente com quaisquer planos de contingenciamento necessários, e fornece avaliação detalhada das implicações fiscais e monetárias dessas ações.

Uma alta de preços dos ativos em um país, por exemplo (de preços de imóveis ou ações, talvez), poderá deixar os bancos ou outros investidores expostos a prejuízos potencialmente altos se esses ativos fossem a principal garantia que amparasse proporção significativa de empréstimos. Nesse caso, a equipe do PASF tentaria primeiramente determinar se houve realmente uma alta de preços, o que a causou e se as autoridades poderiam e deveriam agir para solucioná-la. Ao mesmo tempo, a equipe examinaria se as instituições de empréstimos estavam indevidamente dependentes de garantias ao tomar decisões de empréstimo, se elas haviam considerado adequadamente a possibilidade de uma queda dos preços dos ativos ao avaliarem a garantia e se possuem níveis adequados de capital. A equipe também examinaria se os supervisores oficiais estavam monitorando adequadamente esses riscos e aconselhando as instituições de empréstimo sobre suas práticas. Caso fossem identificadas fraquezas em qualquer dessas áreas, a equipe faria recomendações para lidar com elas.

A saúde do sistema financeiro a longo prazo depende em grande parte de um ambiente regulador e estrutura apropriada de incentivos. As avaliações do PASF abordarão as bases legislativas do setor financeiro para avaliar a capacidade e prática reguladora. Isso incluirá uma avaliação sistemática do cumprimento dos Princípios Básicos de Basel para Supervisão Bancária Eficaz, práticas de transparência em políticas financeiras e, se relevante, padrões para mercados de ações seguros e sistemas de pagamento. Outras questões legais e institucionais que dependem do setor financeiro também poderão ser analisadas.

Além de julgar o desempenho econômico atual do sistema, a visão estratégica das autoridades para o desenvolvimento do sistema pode necessitar ser considerada. Em países em desenvolvimento com mercados financeiros subdesenvolvidos, pode ser necessário dar atenção especial ao potencial de desenvolvimento dos mercados de capital e economias contratuais (que incluem seguros e fundos de pensão). Essas partes do sistema financeiro contribuirão com a saúde de todo o sistema, também apoiando o crescimento econômico.

Esses diversos componentes das avaliações do PASF exigem exame de ampla variedade de áreas. Em cada uma dessas áreas, a avaliação deve levar em conta a estrutura da indústria financeira do país e utilizar padrões internacionais, as melhores práticas e a experiência acumulada do Banco, do Fundo e de outras instituições internacionais, bem como informações de mercado. Embora esta variedade de áreas seja extensa, os funcionários do Banco e do Fundo possuem conhecimentos básicos substanciais obtidos através do trabalho para governos nacionais ou instituições do setor privado, bem como do trabalho anterior das duas instituições. Isso permite identificação das questões mais significativas para um dado país, de forma a direcionar o trabalho do PASF.

## **METODOLOGIAS E FERRAMENTAS**

Parte das metodologias e das ferramentas das equipes do PASF foram desenvolvidas especialmente para o programa. Particularmente, a análise macroprudencial, que inclui testes de tensão e análise de cenários, acoplada a métodos aprimorados de julgamento da observação de códigos e padrões, apoiou e fortaleceu a consistência e a qualidade de análise para este programa.

A análise macroprudencial destina-se a ressaltar as ligações entre o desempenho macroeconômico e a saúde do setor financeiro. Os indicadores macroprudenciais compreendem indicadores microprudenciais agregados da saúde dos bancos comerciais individuais e outras instituições financeiras (tais como adequação do capital, ganhos e solvência) e indicadores macroeconômicos associados com a saúde do sistema financeiro (tais como a volatilidade das taxas de câmbio e de juros). Concluiu-se que os indicadores microprudenciais agregados são principalmente indicadores simultâneos ou atrasados da saúde do setor financeiro. As variáveis macroeconômicas, por outro lado, podem assinalar desequilíbrios que afetam os sistemas financeiros e tendem a ser indicadores dominantes. A prática demonstrou que as crises financeiras normalmente ocorrem quando os dois tipos de indicadores apontam vulnerabilidades, ou seja, quando as instituições financeiras são fracas e enfrentam choques macroeconômicos.

Os testes de tensão e análises de cenários auxiliam na determinação do impacto de choques macroeconômicos, mudanças estruturais e inovações do setor financeiro sobre a lucratividade e solvência das instituições financeiras. Eles proporcionam estrutura útil e flexível para a identificação e análise da vulnerabilidades do setor financeiro. Com base no PASF, os tipos de testes e modelos utilizados variaram dependendo da estrutura e das características do sistema financeiro no país sendo examinado e na disponibilidade de dados. Um país que exporte principalmente "commodities" primárias pode ser mais suscetível a sofrer volatilidade dos preços e ganhos da exportação. Nessa situação, pode ser apropriado concentrar-se em possíveis choques externos que em outros choques. Além disso, a escala do potencial choque externo que é utilizado como base para teste de tensão pode ser maior para um país como esse. A condução de testes de tensão e análises de cenários, em cooperação com as autoridades, também demonstrou seu valor ao auxiliar a estabelecer capacidade de gerenciamento de riscos em países membros e incentivar testes de tensão rotineiros dos seus sistemas financeiros por autoridades do país.

As avaliações da observação e implementação de códigos e padrões relevantes do sistema financeiro no PASF servem para identificar lacunas na regulamentação do sistema financeiro e práticas de transparência, e, portanto, necessidades de reforma e desenvolvimento na área coberta pelo padrão. Além disso, as avaliações de padrões fornecem informações para a avaliação da estabilidade

geral do sistema financeiro e auxiliam os países a avaliar seu próprio sistema em comparação com referências internacionais.

Até o momento, a experiência confirma que as avaliações de padrões são parte importante do PASF. A supervisão e monitoramento de alta qualidade das instituições financeiras e dos mercados é fundamental para a estabilidade de sistemas financeiros que são integrados a mercados globais e enfrentam diversas inovações e choques financeiros. As avaliações de padrões também são úteis na identificação e implementação de reformas reguladoras e operacionais necessárias para o desenvolvimento dos sistemas financeiros dos países ao longo do tempo e sua integração em mercados financeiros globais. Por um lado, as avaliações de padrões desempenham papel mais limitado na identificação de vulnerabilidades imediatas dos sistemas financeiros, por serem influenciadas por inúmeros fatores estruturais e macroeconômicos. Essas avaliações necessitam ser combinadas com uma variedade mais ampla de informações e análises, para obter um quadro completo de riscos e vulnerabilidades relevantes e necessárias para uma avaliação da estabilidade geral, como é o caso no PASF.

As avaliações conduzidas com base no PASF não são fins em si mesmas. Os resultados desse diagnóstico necessitam integrar-se ao trabalho do Banco e do Fundo. No caso do Fundo, é preparada uma Avaliação de Estabilidade do Sistema Financeiro (AESF), com base nas conclusões do PASF. As AESFs concentram-se nas forças, riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro em contexto macroeconômico e macroprudencial mais amplo que anteriormente, resultando em uma avaliação de estabilidade geral. Elas são enviadas ao Comitê Executivo do Fundo como parte da documentação para as consultas do Artigo IV (as discussões anuais sobre políticas macroeconômicas mantidas pelo Fundo com seus países membros). Assim, as AESFs ligam o PASF e o monitoramento dos sistemas financeiros sob vigilância do Fundo. As análises conduzidas no contexto das AESFs servem para direcionar as prováveis conseqüências de mesclas de políticas macroeconômicas alternativas e choques exógenos e as conseqüências de reformas do setor financeiro para a lucratividade, solvência e liquidez do setor financeiro.

Com respeito ao Banco, o PASF é parte do contínuo diálogo político entre os funcionários do Banco e as autoridades nacionais. O trabalho de diagnóstico do

PASF fornece avaliação abrangente do setor financeiro de um país, que serve de base para a estratégia assistencial do Banco para cada país e o fornecimento de assistência técnica. Além disso, os funcionários do Banco emitem Avaliações do Setor Financeiro (ASFs), que resumem os principais pontos identificados no PASF, com ênfase para os relacionados com o desenvolvimento e fortalecimento do estabelecimento de instituições no sistema financeiro de um país. As autoridades podem decidir por publicar as AESFs e as ASFs. Eles podem decidir publicar separadamente resumos das avaliações de cumprimento com padrões do setor financeiro, como parte dos chamados Relatórios de Observação de Códigos e Padrões (ROCPs).

## **OLHANDO PARA O FUTURO**

Até o momento, a experiência com o PASF tem sido positiva. O PASF ajudou a assegurar que a análise do setor financeiro se tornasse parte do centro das discussões de política econômica e forneceu às autoridades nacionais estrutura estratégica para fortalecer e desenvolver ainda mais seus sistemas financeiros. Em alguns casos, por exemplo, foram ressaltadas as ligações entre altas taxas de

juros e empréstimos malogrados, o que permitiu uma análise mais ponderada da sustentabilidade de altas taxas de juros. Em outros casos, o PASF apontou a necessidade de reforçar a supervisão bancária, aprimorar a legislação do setor financeiro, reduzir riscos dos sistemas de liquidação de ações e pagamentos e fortalecer a soberania no gerenciamento da dívida. Forneceu-se assistência de acompanhamento, por exemplo, com relação ao projeto de seguros de depósito e ao desenvolvimento de registros de crédito.

É importante compreender que o PASF não protegerá os países de todas as crises financeiras. Os indicadores macroprudenciais, testes de tensão e avaliações de padrões podem identificar vulnerabilidades, mas não são infalíveis. Entretanto, ao longo do tempo, o PASF pode reduzir a incidência de crises ao fornecer às autoridades uma análise completa e objetiva dos seus setores financeiros, identificando fraquezas em estágio inicial e sugerindo reações políticas eficazes e oportunas. □

---

Observação: as opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

## □ AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

---

### **FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)**

<http://www.imf.org/external/index.htm>

O FMI, com 183 países membros, foi criado através dos acordos originais firmados na conferência de Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944, destinados a moldar o ambiente financeiro global do pós-Guerra.

**OBJETIVO:** O FMI foi criado para promover a estabilidade das taxas de câmbio, crescimento equilibrado do comércio internacional, estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos e fornecer assistência financeira temporária aos membros do Fundo com problemas na balança de pagamentos, com a intenção de reduzir as ameaças ao sistema internacional. Rumo a esse objetivo, o Fundo possui três funções principais. São elas: vigilância das economias dos membros do FMI, com ênfase especial à política de taxas de câmbio; fornecimento de assistência financeira (na forma de créditos e empréstimos) aos membros com problemas na balança de pagamentos, para apoiar ajustes e reformas; e fornecimento de assistência técnica para a implementação de políticas fiscais e monetárias.

O FMI também é um centro global de pesquisa sobre questões econômicas internacionais, publicando anualmente centenas de documentos, estudos e relatórios. Estes incluem os relatórios intitulados Panorama Econômico Mundial (PEM) publicados nas reuniões bianuais do FMI e do Banco Mundial. O PEM foi publicado pela primeira vez em 1980. Mais recentemente, o Fundo disponibilizou em forma impressa e no seu Web site muitas informações econômicas importantes sobre suas operações, finanças e sobre os países membros. Estas incluem documentos sobre as avaliações macroeconômicas do FMI sobre cada membro, conhecidas como consultas do Artigo IV.

O Fundo também promove conferências, seminários, sessões de discussão e outros eventos sobre questões econômicas internacionais.

Todos os membros do FMI podem convocar recursos do Fundo, incluindo os principais países industrializados, que fornecem a maior parte dos fundos. Entretanto, nenhum dos principais países industrializados convocou recursos do FMI desde a década de 1970.

O FMI não recebeu originalmente a tarefa específica de ajudar a melhorar as condições das nações menos desenvolvidas. Em meados dos anos 1980, contudo, o Fundo começou a fornecer assistência subsidiada aos países mais pobres, com o lançamento do Instrumento de Ajuste Estrutural, então denominado Instrumento de Ajuste Estrutural Ampliado (IAEA). Em 1999, o IAEA foi expandido e seu nome mudou para Instrumento de Crescimento e Redução da Pobreza (ICRP). O FMI também assiste as nações mais pobres através do programa de perdão de dívidas Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

**FINANCIAMENTO:** aos membros do FMI, são atribuídas quotas de contribuição. Estas totalizaram quase US\$ 300 bilhões no final de 2000, o que reflete um aumento de 45% das quotas, que entrou em vigor em janeiro de 1999. Quanto maior a economia de um país, maior sua quota de contribuição e maior o peso de votação daquele país nas decisões do FMI. Os Estados Unidos detêm de longe a maior quota. Em fevereiro de 2001, a quota norte-americana era igual a 17,63% do total. Isso dá aos Estados Unidos direitos de voto no Comitê Executivo do FMI que lhe permitem vetar certas questões políticas importantes, tais como aumentos de quota e emendas aos Estatutos do FMI. Em seguida, as maiores quotas são as do Japão, com 6,32%, Alemanha com 6,17% e França e Grã-Bretanha, com 5,1% cada.

Os empréstimos do FMI são divididos em três tipos de acordos, os instrumentos regulares do FMI, assistência subsidiada e outros instrumentos especiais.

De longe, a maior parte dos empréstimos é para os instrumentos regulares. Eles vêm da Conta Geral de Recursos (CGR) do FMI, da qual todos os 183 membros do FMI podem sacar.

Os instrumentos da CGR são o Acordo de Disponibilidade, para fornecer assistência à balança de pagamentos a curto prazo, tipicamente 12 a 18 meses, com pagamento completo em quatro anos; e o Instrumento de Fundo a Longo Prazo, para programas a longo prazo, tipicamente três anos, com pagamento completo em quatro e meio a sete anos. Em nove de fevereiro de 2001, havia quinze Acordos de Disponibilidade envolvendo cerca de US\$ 17,32 bilhões em créditos pendentes do FMI. Os maiores estavam com a Argentina, somando cerca de US\$ 7,766 bilhões, e a Turquia, com cerca de US\$ 5,545 bilhões.

Na mesma data, o FMI tinha acordos de Instrumento de Fundo a Longo Prazo com nove países, envolvendo cerca de US\$ 14,85 bilhões. A Indonésia é a maior beneficiária, com cerca de US\$ 10,383 bilhões em créditos pendentes do FMI, seguida pela Ucrânia, com cerca de US\$ 2,032 bilhões.

A assistência subsidiada representa a segunda maior forma de empréstimo. A maior quantia está com o Instrumento de Crescimento e Redução da Pobreza. Oitenta membros de baixa renda do FMI têm direito a empréstimos do ICRP. Em nove de fevereiro de 2001, o FMI tinha acordos de ICRP com 34 países, com total de créditos pendentes do FMI de cerca de US\$ 5,797 bilhões. Os maiores tomadores de empréstimos do FMI foram a Costa do Marfim, com cerca de US\$ 545 milhões, e Zâmbia, com US\$ 1,127 bilhão.

A criação do ICRP em 1999 teve como propósito tornar a redução da pobreza um elemento fundamental dos programas do FMI. Embora o objetivo do instrumento seja auxiliar a financiar a posição de balança de pagamentos de um país, o empréstimo é feito no contexto de um programa mais amplo de fomentar crescimento a longo prazo, que ajudará a elevar os padrões de vida e reduzir a pobreza. Os empréstimos são desembolsados em acordos de três anos, sujeitos a exigências de desempenho e revisões do programa. Os empréstimos do ICRP têm taxa de juros de 0,5% ao ano, com período de graça de cinco anos e meio, e devem ser pagos em dez anos.

Um segundo programa para os países mais pobres é a iniciativa de perdão de dívidas de Países Pobres Altamente Endividados. Em nove de fevereiro de 2001, o FMI havia comprometido cerca de US\$ 1,707 bilhão para auxiliar 22 países neste programa, que é administrado em conjunto com o Banco Mundial.

A terceira categoria é composta pelos três instrumentos especiais do FMI, todos destinados a proporcionar assistência a curto prazo sob circunstâncias especiais. São eles:

- O Instrumento de Financiamento Compensatório (IFC), para auxiliar os membros atingidos por quedas temporárias de ganhos de exportação ou aumentos excessivos dos custos de importação de cereais. Os pagamentos devem ser feitos em quatro anos. O IFC foi estabelecido em 1963.

- O Instrumento de Reserva Suplementar (IRS), para fornecer ajuda a curto prazo para países atingidos pela "perda repentina e prejudicial da confiança do mercado". Os pagamentos devem ser feitos em um ano e meio, mas podem estender-se por dois anos e meio. Impõe-se uma sobretaxa de juros para incentivar o pagamento antecipado. O IRS foi estabelecido em 1997.

- A Linha de Crédito de Contingenciamento (LCC). Países que têm economias basicamente saudáveis podem sacar a LCC como financiamento de precaução. A LCC ainda não foi utilizada. Os empréstimos da LCC também devem ser pagos em um ano e meio, mas podem estender-se até dois anos e meio. A LCC foi estabelecida em 1999.

Durante os últimos 40 anos, o FMI lançou diversos outros instrumentos especiais (reagindo a ameaças e condições econômicas específicas) que, após revisões regulares, foram eliminados ou desapareceram por haverem servido aos seus propósitos ou por nunca ou raramente serem utilizados.

## **GRUPO DO BANCO MUNDIAL**

<http://www.worldbank.org>

O Banco Mundial, que possui 182 membros, foi fundado em 1944 na conferência de Bretton Woods como Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e evoluiu para o Grupo do Banco Mundial, que consiste de cinco instituições associadas. São elas: o BIRD, a Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e o Centro Internacional de Resolução de Disputas de Investimentos (CIRDI).

O Banco Mundial também serve de centro global de pesquisa sobre questões econômicas, particularmente sobre o desenvolvimento nos países mais pobres. O Banco Mundial publica anualmente diversos relatórios, que incluem o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial e centenas de documentos, estudos e outros relatórios.

O Banco também promove conferências, seminários e outros eventos sobre economia e desenvolvimento.

### **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)**

<http://www.worldbank.org/html/extdr/backgrd/ibrdr/>

O BIRD oferece empréstimos e assistência ao desenvolvimento a países em desenvolvimento de renda média e dignos de crédito. O BIRD não é uma organização com fins lucrativos, mas tem obtido receita líquida todos os anos desde 1948.

No ano fiscal 2000, o BIRD emprestou US\$ 10,918 bilhões, com a maior quantia isolada (cerca de um quinto) alocada para a administração do setor público. Os empréstimos em 2000 foram menos da metade do emprestado pelo BIRD nos dois anos anteriores, quando os empréstimos decolaram para níveis recorde, para ajudar países a atravessarem as crises financeiras de 1997 e 1998, de acordo com o Banco Mundial.

O tamanho da contribuição de um país ao BIRD é determinado pelo tamanho da sua economia em relação à economia mundial. Os Estados Unidos possuem a maior parcela (cerca de 17%), o que dá aos Estados Unidos o poder de vetar qualquer mudança da base de capital e dos Estatutos do Banco, já que são necessários 85% das quotas para efetuar essas mudanças. Entretanto, virtualmente todos os demais assuntos, incluindo a aprovação de empréstimos, são decididos pela maioria dos votos depositados por representantes de todos os membros do Banco.

### **Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI)**

<http://www.worldbank.org/ida/>

Fundada em 1960, a ADI é a janela de empréstimos subsidiados do Grupo do Banco Mundial. Ela fornece empréstimos a longo prazo com juro zero aos países em

desenvolvimento mais pobres. A ADI empresta apenas a países com renda per capita de menos de US\$ 885 em 1999. Atualmente, 78 países têm direito a tomar empréstimos da ADI. Juntos, esses países abrigam 2,3 bilhões de pessoas, compreendendo 53% da população total dos países em desenvolvimento. Atualmente, 1,5 bilhões dessas pessoas sobrevivem com rendas de US\$ 2 por dia ou menos, de acordo com a ADI.

Alguns países, como a Índia e Indonésia, têm direito à assistência da ADI devido à sua baixa renda per capita, mas também têm crédito suficiente para tomar algum empréstimo do BIRD. Ao todo, 23 países que um dia receberam assistência da ADI prosperaram o suficiente para "graduar-se" no programa. Essas nações incluem o Chile, China, Costa Rica e Egito.

Os créditos da ADI têm vencimentos de 35 ou 40 anos, com período de graça de dez anos para o pagamento do principal. Não há taxas de juros, mas os créditos incluem uma pequena taxa de serviço, atualmente 0,75% dos saldos desembolsados.

Desde 1960, a ADI emprestou US\$ 120 bilhões para 106 países. Ela empresta, em média, cerca de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões por ano para diferentes tipos de projetos de desenvolvimento, especialmente para necessidades básicas, tais como educação primária, serviços básicos de saúde, água limpa e saneamento. A ADI também financia projetos para proteção do meio ambiente, melhoria das condições para negócios privados, construção de infraestrutura necessária e apoio a reformas destinadas à liberalização das economias dos países.

Uma pequena quantidade da assistência da ADI é fornecida na forma de doações.

A ADI é financiada através de "renovações" regulares. Durante a décima-segunda renovação, a mais recente, a parcela dos Estados Unidos no total de contribuições foi de cerca de 21%.

### **Corporação Financeira Internacional (CFI)**

<http://www.ifc.org/>

A CFI foi estabelecida em 1956 para incentivar as atividades do setor privado em países em desenvolvimento. Ela faz isso principalmente através de financiamento de projetos do setor privado com capital de longo prazo na forma de participação e empréstimos,

ajudando as empresas do mundo em desenvolvimento a levantar fundos em mercados financeiros internacionais e oferecendo conselhos e assistência técnica a empresas e governos.

A CFI cobra taxas de mercado pelos seus produtos e não aceita garantias governamentais. Ela também assiste projetos de privatização. Para obter financiamento da CFI, o projeto de uma empresa necessita ser lucrativo para os investidores, beneficiar a economia do país de origem e cumprir com certas orientações ambientais.

A CFI, que possui 174 membros, dos quais 26 são estritamente doadores, é a maior fonte multilateral de empréstimos e financiamento de participações para projetos do setor privado no mundo em desenvolvimento. Ela somente participa de investimentos quando pode fazer contribuição especial que complemente o papel do setor privado.

No ano fiscal 2000, a CFI aprovou financiamentos no total de US\$ 5,8 bilhões, incluindo sindicâncias e subscrições para 259 projetos em 81 países. Desses, 45,9% foram do setor de serviços financeiros, seguidos por 23,3% em infraestrutura. Cerca da metade do valor, US\$ 2,72 bilhões, foi para projetos na América Latina e no Caribe, seguidos por US\$ 1,06 bilhão para projetos na região da Ásia e Oceania.

A quantidade de fundos realmente comprometida no ano fiscal 2000 foi de US\$ 3,9 bilhões para 198 projetos.

### **Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (AGIM)**

<http://www.miga.org>

Criada em 1988, a AGIM possui 154 membros; 22 países industrializados e 132 países em desenvolvimento. A agência foi projetada para incentivar investimentos externos em países em desenvolvimento, ao fornecer seguros de investimento contra riscos não comerciais. A AGIM também fornece assistência para ajudar os países a aprimorar sua capacidade de atrair investimentos externos e dissemina informações sobre oportunidades de investimento on line, através dos Web sites IPAnet e PrivatizationLink.

A AGIM destina-se a suplementar as agências privadas e nacionais que apóiam investimentos externos diretos.

De acordo com a AGIM, em primeiro de janeiro de 2000, a agência havia emitido mais de 420 contratos para investidores privados, para projetos em cerca de 70 países em desenvolvimento, possibilitando mais de US\$ 30 bilhões em investimentos privados. Cerca de um quarto do portfólio da AGIM está em países mais pobres, com direito somente a empréstimos da ADI.

### **Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimento (CIRDI)**

<http://www.worldbank.org/icsid/>

O CIRDI foi fundado em 1966 para ajudar a mediar disputas entre governos e investidores estrangeiros. O centro não fornece empréstimos nem doações. Existem 149 países que assinaram o acordo CIRDI.

### **BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO**

#### **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

<http://www/iadb.org/>

Criado em 1959, o BID inclui 29 membros tomadores de empréstimos na América Latina e no Caribe, e 46 membros ao todo.

O Grupo BID é composto pelo Banco, a Corporação Interamericana de Investimento (CII) e o Fundo de Investimentos Multilaterais (FIM).

As principais funções do BID incluem empréstimos para investimentos de capital público e privado na região, ajudando a mobilizar outros fundos para projetos sócio-econômicos de alta prioridade, incentivando e complementando investimentos privados que contribuam para o desenvolvimento econômico. O banco também fornece assistência técnica e serve de centro hemisférico para pesquisa sobre questões de desenvolvimento econômico.

A cooperação técnica e de empréstimos acumulada pelo BID desde a sua fundação soma mais de US\$ 95 bilhões até o final de 1998, de acordo com o banco.

Os Estados Unidos são o maior colaborador do BID, representando cerca de 31% do orçamento do banco e

31% do poder de voto da organização. No final de 1998, o poder de voto era o seguinte: América Latina e Caribe, 50,913%; Estados Unidos, 31,080%; Canadá, 4,088%; e membros não regionais, 13,852%.

### **Corporação Interamericana de Investimentos (CII)**

<http://www.iadb.org/iic/english/index.htm>

A CII, afiliada autônoma do BID, foi criada em 1986 para promover o desenvolvimento econômico regional através de financiamento de empresas privadas de pequeno e médio porte. Em 1999, a CII contribuiu com US\$ 192 milhões para ajudar a financiar 22 projetos em doze países. Do valor total, 11% foram gastos em contribuições de participação e 89% para empréstimos.

### **Fundo de Investimentos Multilaterais (FIM)**

<http://www.iadb.org/mif/index.htm>

O FIM foi criado em 1993, como elemento básico da Iniciativa norte-americana Empresas para as Américas, para promover reformas de investimentos e incentivar o desenvolvimento do setor privado nas regiões da América Latina e do Caribe. O FIM oferece doações de assistência técnica para apoiar reformas de mercado; e assistir micro, pequenas e médias empresas. O FIM também age como catalisador para atrair capital para as pequenas empresas e setores microfinanceiros, através de investimento em fundos especiais de participação em parcerias de desenvolvimento comunitário, capital de risco, tecnologia e negócios.

### **Banco Asiático de Desenvolvimento**

<http://www.adb.org/>

Estabelecido em 1966, o BAD é uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral pertencente a um conjunto de 59 membros, a maior parte da Ásia e da Oceania.

O principal objetivo declarado do BAD é reduzir a pobreza. Seus objetivos relacionados são os de fomentar o crescimento econômico, apoiar o desenvolvimento humano, melhorar a posição da mulher e proteger o meio ambiente.

As principais ferramentas do BAD são empréstimos e assistência técnica, que ele fornece a governos para projetos e programas específicos. O volume de empréstimos do BAD em 1999 foi de US\$ 5 bilhões. Doações de assistência técnica, somando US\$ 173 milhões em 1999, foram fornecidas para a preparação de projetos e apoio de atividades consultivas.

A sede do BAD fica em Manila. Ele possui mais de dez missões residentes na Ásia, uma missão regional para a Oceania em Vanuatu e escritórios de representação em Frankfurt, Tóquio e Washington, D.C.

Os Estados Unidos e o Japão são os maiores contribuintes, com cada qual fornecendo parcela de 16% dos fundos da instituição.

O Fundo para o Desenvolvimento Asiático é a janela de empréstimos subsidiados do BAD, fornecendo empréstimos para os países mais pobres da região.

### **Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)**

<http://www.afdb.org/about.html>

Estabelecida em 1964, a missão do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento é a de promover o desenvolvimento sócio-econômico através de empréstimos, investimentos em participação e assistência técnica. Com sede em Abidjan, na Costa do Marfim, o grupo do banco consiste de três instituições: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Fundo para o Desenvolvimento Africano (FDaf) e o Fundo Fiduciário Nigeriano (FFN).

Os Estados Unidos são membros do BAfD desde 1983 e são o maior quotista não africano do banco, com quota de 5,6%.

O capital autorizado do banco totalizou US\$ 23,29 bilhões em 1997.

O Fundo para o Desenvolvimento Africano, afiliado do banco que iniciou operações em 1974, fornece financiamento para o desenvolvimento em condições subsidiadas para os países de renda mais baixa da região. Os Estados Unidos são o segundo maior colaborador do Fundo para o Desenvolvimento Africano, logo após o Japão, fornecendo 11% de todas as contribuições.

O Fundo Fiduciário Nigeriano foi estabelecido pelo governo da Nigéria em 1976 para assistir os esforços de desenvolvimento dos membros mais pobres do BAfD.

### **Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)**

<http://www.ebrd.org/english/index.htm>

Com atividades oficialmente iniciadas em abril de 1991, o BERD foi criado para auxiliar os antigos Estados comunistas da Europa oriental, a antiga União Soviética e a antiga Iugoslávia a moverem-se rumo a economias de mercado. O BERD atualmente opera em 27 países.

O BERD fornece financiamento direto para as atividades do setor privado, reestruturação e privatização, bem como financiamento para a infraestrutura que apóie essas atividades. Seus investimentos também ajudam a construir e fortalecer as instituições. As principais formas de financiamento do BERD são empréstimos, investimentos de participação (quotas) e garantias.

No final de 1999, os empréstimos para atividades do setor privado representaram 70% de todas as operações do banco. Os acordos que estabeleceram o BERD proibem que os empréstimos para o setor público excedam 40% do total de investimentos do banco. Empréstimos que auxiliam os países do BERD a aumentar ou expandir seus setores financeiros representam cerca de um terço do valor total das operações do banco.

Os Estados Unidos são o maior participante do BERD, com 10,4% do total de quotas. □

---

Fontes: Justificação Orçamentária do Congresso para Operações Estrangeiras, Ano Fiscal 2001, Departamento de Estado dos Estados Unidos; Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e Grupo do Banco Mundial.

---

## ❑ CRONOLOGIA SELETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

---

### **1º a 22 de julho de 1944**

São formuladas os estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, na Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, New Hampshire, à qual compareceram representantes de 44 governos. A função do FMI é de assistir os países com problemas na balança de pagamentos a curto prazo, com o propósito de estabilizar as taxas de câmbio. O Fundo deve operar em um sistema de taxas de câmbio fixas e preço fixo do ouro. O Banco Mundial é denominado Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Inicialmente, o BIRD deve oferecer empréstimos para reconstrução da Europa do pós-Guerra, mas em breve fará empréstimos para desenvolvimento na Ásia, África, Oriente Médio e América Latina.

### **8 a 18 de março de 1946**

É realizada em Savannah, Geórgia, a reunião inaugural do Conselho de Administração do FMI e do Banco Mundial. São adotadas leis complementares, firma-se acordo para posicionar as sedes do FMI e do Banco Mundial em Washington e são eleitos os primeiros diretores executivos das duas instituições. Os diretores executivos devem cuidar da administração diária das instituições.

### **25 de junho de 1946**

O Banco Mundial inicia formalmente suas operações.

### **27 de setembro a 5 de outubro de 1946**

São realizadas em Washington as primeiras reuniões anuais do Conselho de Administração do FMI e do Banco Mundial.

### **1º de março de 1947**

O FMI inicia suas operações.

### **8 de maio de 1947**

Primeira retirada do FMI: pela França, de US\$ 25 milhões.

### **9 de maio de 1947**

Primeiro empréstimo do Banco Mundial: para a França. O empréstimo de US\$ 250 milhões para fins de reconstrução permanece o maior empréstimo em termos reais já feito pelo Banco.

### **25 de março de 1948**

Os diretores executivos do Banco Mundial aprovam o primeiro empréstimo do Banco para um país em desenvolvimento: US\$ 13,5 milhões para o projeto de uma hidroelétrica no Chile.

### **Julho a novembro de 1949**

O Banco Mundial lança sua primeira pesquisa econômica abrangente, sobre os recursos econômicos e as necessidades da Colômbia.

### **13 de setembro de 1950**

O Banco Mundial faz dois empréstimos, totalizando US\$ 7 milhões, para a Etiópia, os primeiros empréstimos para a África.

### **13 e 14 de agosto de 1952**

A Alemanha Ocidental e o Japão tornam-se membros do FMI e do Banco Mundial.

### **1º de outubro de 1952**

O Comitê Executivo do FMI aprova propostas para Acordos de Disponibilidade padronizados. O mecanismo de disponibilidade é o instrumento básico do FMI para auxiliar os países com problemas de balança de pagamentos.

### **20 de julho de 1956**

É estabelecida a afiliada do Banco Mundial, Corporação Internacional de Finanças (CIF). A CIF deve assistir o setor privado dos países em desenvolvimento.

### **Dezembro de 1959**

É estabelecido o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com sede em Washington, D. C. O BID deve fornecer empréstimos para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

#### **24 de setembro de 1960**

É estabelecida a afiliada do Banco Mundial, Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI). A ADI deve fornecer empréstimos subsidiados para os países mais pobres.

#### **11 de maio de 1961**

A ADI oferece seu primeiro crédito para o desenvolvimento: US\$ 9 milhões para o desenvolvimento e manutenção de estradas em Honduras.

#### **5 de janeiro de 1962**

O Comitê Executivo do FMI adota termos e condições para as Disposições Gerais de Empréstimo (DGE), que são uma fonte suplementar de financiamento que onze países industrializados concordaram em disponibilizar sob certas condições para os membros do FMI que necessitam de assistência a curto prazo.

#### **17 de setembro de 1962**

Primeiro empréstimo do Banco Mundial para financiar a educação: crédito de US\$ 5 milhões da ADI para construção de escolas na Tunísia.

#### **27 de fevereiro de 1963**

É criado o Instrumento de Financiamento Compensatório (IFC). O IFC destina-se a auxiliar países atingidos pelos efeitos de quedas temporárias dos ganhos de exportação.

#### **1º de julho de 1966**

O Banco Africano de Desenvolvimento inicia operações com sede em Abidjan, Costa do Marfim. O banco oferecerá empréstimos para o desenvolvimento.

#### **22 de agosto de 1966**

É estabelecido o Banco Asiático de Desenvolvimento em Manila, nas Filipinas. O banco oferecerá empréstimos para o desenvolvimento.

#### **14 de outubro de 1966**

É estabelecido o Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimento do Banco Mundial. O centro ajudará a mediar disputas entre governos e investidores.

#### **16 de junho de 1970**

O Banco Mundial faz seu primeiro empréstimo para planejamento populacional, de US\$ 2 milhões para a Jamaica.

#### **18 de maio de 1971**

O Banco Mundial assina seu primeiro acordo de empréstimo para controle da poluição: US\$ 15 milhões para a poluição dos rios em São Paulo, Brasil.

#### **15 de agosto de 1971**

Como parte de um pacote de medidas antiinflacionárias, os Estados Unidos informam que o FMI não mais comprará ou venderá ouro livremente para liquidar transações internacionais. Valores nominais e conversibilidade do dólar: duas funções principais do sistema de Bretton Woods deixam de existir.

#### **18 de dezembro de 1971**

Após quatro meses de negociações, o Acordo Smithsonian proporciona realinhamento de moedas de países industriais e aumento do preço do ouro. O FMI estabelece um regime temporário de taxas centrais e margens mais amplas.

#### **19 de março de 1973**

Inicia-se a "flutuação generalizada", à medida que os países da Comunidade Européia introduzem a flutuação conjunta para suas moedas em comparação com o dólar norte-americano.

#### **Julho de 1973**

Inicia operações o Fundo Africano para o Desenvolvimento, afiliado do Banco Africano do Desenvolvimento.

#### **13 de setembro de 1974**

O FMI estabelece o Instrumento de Fundo a Longo Prazo para fornecer assistência a médio prazo para membros com problemas de balança de pagamentos resultantes de mudanças estruturais nas suas economias.

#### **Outubro de 1974**

São estabelecidos o Comitê Temporário de elaboração de políticas do FMI e o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e realizam suas primeiras reuniões.

#### **Agosto de 1978**

O Banco Mundial publica seu primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, que se torna o carro-chefe das publicações anuais do Banco.

#### **24 de julho de 1979**

O Banco Mundial aprova planos para iniciar operações para atividades relativas à saúde.

### **25 de março de 1980**

O Banco Mundial aprova seu primeiro empréstimo de ajuste estrutural, de US\$ 200 milhões para a Turquia. Trata-se de empréstimo de assistência de rápido desembolso, destinado a apoiar reformas estruturais em setores específicos ou a economia de um país como um todo. Os empréstimos de ajuste estrutural representam agora cerca de um quarto dos empréstimos do Banco Mundial.

### **25 de abril de 1980**

O Comitê Temporário concorda que o FMI deverá estar pronto para desempenhar papel crescente na resolução de desequilíbrios de balanças de pagamentos, fornecendo assistência por longos períodos e valores maiores.

### **21 de maio de 1981**

O FMI estende financiamento a membros que enfrentam dificuldades com a balança de pagamentos produzidas por excessos do custo de importação de cereais. A assistência é integrada ao Instrumento de Financiamento Compensatório do FMI.

### **13 de agosto de 1982**

O México anuncia sérios problemas com o serviço da sua dívida externa, marcando o início da crise da dívida latino-americana. Nos meses seguintes, o FMI apóia importantes programas de ajuste no México e em diversos outros países que enfrentam severas dificuldades com o serviço da dívida.

### **2 de dezembro de 1985**

A liderança do FMI e do Banco Mundial exprimem amplo apoio pela iniciativa da dívida proposta pelo secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker. A iniciativa, conhecida como Plano Baker, convoca medidas abrangentes de ajuste dos devedores, empréstimos estruturais maiores e mais eficazes pelos bancos multilaterais de desenvolvimento e maiores empréstimos pelos bancos comerciais.

### **23 de março de 1986**

É estabelecida a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A CII, afiliada autônoma, deve ajudar a financiar empresas privadas de pequeno e médio porte.

### **27 de março de 1986**

O FMI estabelece o Instrumento de Ajuste Estrutural para oferecer assistência à balança de pagamentos sob condições subsidiadas a países em desenvolvimento de baixa renda.

### **29 de dezembro de 1987**

O FMI estabelece o Instrumento de Ajuste Estrutural Ampliado (IAEA) para substituir o Instrumento de Ajuste Estrutural. O IAEA fornecerá recursos a membros de baixa renda que empreendam fortes programas estruturais e macroeconômicos por três anos, para melhorar seu saldo de pagamentos e fomentar o crescimento.

### **12 de abril de 1988**

É formalmente estabelecida a afiliada do Banco Mundial Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (AGIM). A AGIM destina-se a suplementar agências nacionais e privadas que apoiem o investimento estrangeiro direto.

### **23 de maio de 1989**

O Comitê Executivo do FMI fortalece a estratégia do Fundo para lidar com problemas da dívida de países em desenvolvimento, com base, em parte, em propostas do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady, o chamado "Plano Brady". Países com fortes programas de ajuste ganharão acesso a recursos do FMI para a redução da dívida ou do serviço da dívida.

### **30 de janeiro de 1990**

É aprovado o maior empréstimo já feito pelo Banco Mundial (em termos nominais): US\$ 1,26 bilhões para o México, em apoio ao programa de redução da dívida daquele país.

### **Novembro de 1990**

O Comitê Executivo do FMI aprova a expansão temporária dos instrumentos do Fundo para apoiar países afetados pela crise do Oriente Médio, resultante da ocupação do Kuwait pelo Iraque.

### **Abril de 1991**

Inicia operações o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD). O BERD foi criado para auxiliar os Estados anteriormente centralizados da Europa oriental, a antiga União Soviética (incluindo a Rússia) e a antiga Iugoslávia a moverem-se rumo a economias de mercado.

### **Abril-maio de 1992**

O Comitê Executivo do FMI aprova como membros países da antiga União Soviética.

### **1º de junho de 1992**

A Federação Russa torna-se membro do FMI.

### **16 de junho de 1992**

A Federação Russa torna-se membro do Banco Mundial e da ADI.

### **5 de agosto de 1992**

O FMI aprova o primeiro Acordo de Disponibilidade de cerca de US\$ 1,04 bilhão para a Rússia.

### **Janeiro de 1993**

É estabelecido o afiliado do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo de Investimentos Multilaterais (FIM). O papel do FIM, elemento principal da Iniciativa Norte-Americana Empresas para as Américas, é o de promover reformas de investimentos e incentivar o desenvolvimento do setor privado.

### **1º de fevereiro de 1995**

O Comitê Executivo do FMI aprova um Acordo de Disponibilidade de cerca de US\$ 17,8 bilhões para o México (o maior compromisso financeiro do FMI até hoje) para auxiliar aquele país a recuperar-se da sua crise cambial.

### **3 de março de 1995**

A Coreia torna-se o 26º país a graduar-se do Banco Mundial e o primeiro a progredir para tornar-se um doador da ADI, deixando de ser um puro tomador de empréstimos subsidiados.

### **26 de março de 1996**

O Comitê Executivo do FMI aprova um Instrumento de Fundo a Longo Prazo de cerca de US\$ 10,087 bilhões para a Rússia, o maior da história do FMI.

### **16 de abril de 1996**

O FMI estabelece Padrões de Disseminação de Dados Especiais (PDDE) voluntários para os países membros que necessitem ou busquem acesso a mercados de capitais internacionais. Os países que participam dos PDDE concordam em fornecer dados atualizados e de qualidade sobre suas situações financeiras nacionais para o Quadro de Avisos de Padrões de Disseminação eletrônico do FMI e estabelecer um site na Internet contendo os dados reais, ao qual está ligado o quadro de avisos.

### **Setembro de 1996**

Os Comitês Provisório do FMI e de Desenvolvimento do Banco Mundial endossam uma iniciativa conjunta para países pobres altamente endividados (a Iniciativa HIPC), que permitirá que os países mais pobres negociem o perdão das dívidas devidas a instituições financeiras internacionais, em troca de reformas econômicas.

### **27 de janeiro de 1997**

O Comitê Executivo do FMI aprova as Novas Disposições de Empréstimos como o primeiro e principal recurso na eventual necessidade de fornecimento de recursos suplementares ao FMI. Nessas disposições, 25 países membros do FMI concordam em emprestar ao FMI sob certas circunstâncias para proporcionar assistência adicional quando necessário.

### **25 de abril de 1997**

O Comitê Executivo do FMI aprova a emissão de Notas de Informação Pública após a conclusão das consultas do Artigo IV de membros com o FMI, por solicitação do referido membro, para tornar as opiniões do FMI conhecidas do público.

### **2 de julho de 1997**

O governo tailandês, enfrentando o efeito cumulativo de políticas imprudentes e prolongadas, suspende o apoio à moeda do país, o Baht, que começa a perder valor, provocando uma crise financeira que se espalha para outros países asiáticos. Os efeitos desta crise financeira asiática são eventualmente sentidos em Hong Kong, Coréia e em todo o mundo.

### **4 de dezembro de 1997**

O Comitê Executivo do FMI aprova um Acordo de Disponibilidade de cerca de US\$ 21 bilhões para a Coreia, o maior compromisso financeiro da história do FMI.

### **17 de dezembro de 1997**

Como consequência da crise financeira na Ásia, o FMI cria o Instrumento de Reserva Suplementar (IRS) para auxiliar os membros a superar a súbita e prejudicial perda de confiança do mercado. O IRS é ativado no dia seguinte para apoiar o Acordo de Disponibilidade para a Coreia. Cerca de US\$ 3,5 bilhões são disponibilizados para a Coreia com base no IRS.

### **23 de dezembro de 1997**

O Banco Mundial volta a emprestar à Coreia, para auxiliar aquele país a atravessar sua crise financeira. A Coreia havia se graduado dos programas do Banco Mundial em março de 1995. O Banco aprova um empréstimo de US\$ 3 bilhões para a reconstrução econômica da Coreia. Mais empréstimos são fornecidos em seguida.

#### **Dezembro de 1997**

É oficialmente lançado o Sistema Geral de Disseminação de Dados do FMI. O objetivo principal do sistema é o de auxiliar os países a melhorarem a qualidade dos seus dados econômicos.

#### **8 de abril de 1998**

Uganda torna-se o primeiro membro do FMI a receber perdão de dívida (cerca de US\$ 350 milhões em termos de valores líquidos atuais) com base na Iniciativa HIPC.

#### **20 de julho de 1998**

O FMI ativa as Disposições Gerais de Empréstimo pela primeira vez em vinte anos, para financiar um aumento de US\$ 8,3 bilhões do Acordo de Instrumento de Fundos a Longo Prazo para a Rússia.

#### **6 de outubro de 1998**

Nas reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, os administradores endossam o conceito de uma nova arquitetura financeira, que atenda a problemas de longo alcance enfrentados pela economia mundial. Seus princípios principais são maior transparência; consolidação da supervisão bancária; progresso cauteloso e ordeiro rumo à liberação das movimentações de capitais; e parceria com o setor privado.

#### **2 de dezembro de 1998**

O FMI ativa as Novas Disposições de Empréstimo pela primeira vez, para ajudar a financiar um Acordo de Disponibilidade de US\$ 18,1 bilhões para o Brasil.

#### **1º de janeiro de 1999**

Onze países membros europeus do FMI adotam uma nova moeda comum, o euro. O Banco Central Europeu, que administra a política monetária da zona do euro, recebe status de observador do FMI.

#### **22 de janeiro de 1999**

As quotas de contribuição dos membros do FMI são aumentadas com a Décima-Primeira Revisão Geral do Fundo, elevando o total de quotas para 212 bilhões em Direitos de Saque Especial, ou cerca de US\$ 297 bilhões.

#### **23 de abril de 1999**

O Comitê Executivo do FMI expande o IRS para oferecer Linhas de Crédito de Contingenciamento para membros que possuam políticas econômicas fortes, mas que podem ser afetados pelo contágio financeiro de outros países.

#### **30 de setembro de 1999**

O Comitê de Administração do FMI aprova a transformação do Comitê Provisório do Fundo no Comitê Financeiro e Monetário Internacional. O Comitê Executivo do FMI adota uma resolução para conduzir, como operação excepcional e isolada, vendas fora do mercado de até 435 toneladas de ouro do FMI como parte de um pacote para permitir que o FMI financie sua parcela da Iniciativa HIPC ampliada.

#### **22 de novembro de 1999**

O IAEA do FMI é rebatizado como Instrumento para o Crescimento e Redução da Pobreza (ICRP); seus objetivos são o de fomentar o crescimento duradouro, de forma a elevar os padrões de vida e reduzir a pobreza nos membros mais pobres do FMI, que têm direito ao ICRP.

#### **10 de dezembro de 1999**

Uganda torna-se o primeiro país a receber assistência com base no Instrumento para o Crescimento e Redução da Pobreza do FMI.

#### **4 de abril de 2000**

O Comitê Executivo do FMI adota planos para monitorar mais de perto a utilização dos seus recursos pelos países tomadores de empréstimos. A partir de julho, os bancos centrais dos países tomadores necessitam publicar relatórios financeiros anuais auditados, em padrões internacionais, por especialistas externos e devem fornecer mais informações econômicas aos funcionários do FMI.

#### **14 de dezembro de 1999 - 5 de abril de 2000**

O FMI conduz sete transações de ouro fora do mercado com o Brasil e o México, em que 404 toneladas de ouro foram vendidas e aceitas de volta imediatamente ao mesmo preço para liquidar as obrigações desses membros com o FMI. O FMI retém o valor contábil do ouro (cerca de US\$ 1,51 por grama) e investe o restante do lucro para ajudar a financiar a contribuição do FMI para o perdão de dívidas do HIPC e apoio financeiro para os países mais pobres do mundo.

#### **19 de julho de 2000**

O FMI lança a publicação no seu Web site de relatórios trimestrais sobre desenvolvimentos do Padrão de Disseminação de Dados Especiais, com o fim de registrar os progressos e dar maior proeminência à iniciativa.

### **9 de agosto de 2000**

Como parte da sua vigilância do desenvolvimento dos mercados internacionais de capitais, o FMI começa a publicar relatórios trimestrais sobre o financiamento de mercados emergentes no seu Web site.

### **22 de dezembro de 2000**

O FMI e o Banco Mundial anunciam em conjunto que 22 dos países mais pobres do mundo (18 deles na África) irão qualificar-se para o programa de perdão de dívidas HIPC.

---

Fuentes: Presupuesto congresional, Justificación de las operaciones extranjeras, Año Fiscal 2001, Departamento de Estado de Estados Unidos; Banco Africano de Desarrollo; Banco Asiático de Desarrollo; Banco Europeo de Reconstrucción y Fomento; Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo Monetario Internacional, y Grupo del Banco Mundial.

---

## ❑ A INICIATIVA DE PERDÃO DE DÍVIDAS HIPC

---

A iniciativa de perdão de dívidas Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) estabelece um processo que permite aos países mais pobres do mundo que se encontram dominados por sobrecargas de dívidas excepcionalmente altas negociem reduções dos pagamentos dos empréstimos e a totalidade dos seus débitos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial administram em conjunto o HIPC, que foi lançado em setembro de 1996. O HIPC cobre a "dívida oficial" devida pelos governos dos países mais pobres do mundo aos governos doadores ou às IFIs; os empréstimos destas fontes representam a maior parte das dívidas dos países mais pobres. Tradicionalmente, a dívida devida pelos países mais pobres aos países doadores foi reescalada e reduzida através do chamado Clube de Paris, com representantes dos governos credores e devedores reunindo-se regularmente em Paris para elaborar acordos. O HIPC é único pela sua inclusão de empréstimos de IFI como parte de um programa de redução negociada da dívida.

Embora quatro países (Bolívia, Guiana, Moçambique e Uganda) tenham completado o programa HIPC original e obtido perdão dos seus pagamentos do serviço da dívida, as primeiras normas da iniciativa HIPC são consideradas por todos como onerosas demais, dificultando a qualificação dos países e a subsequente obtenção do perdão da dívida.

O FMI e o Banco Mundial, impulsionados pelos governos dos principais países industrializados do Grupo dos Sete (G-7), fizeram modificações significativas no HIPC em 1999. Com base no novo programa HIPC aprimorado, lançado em outubro de 1999, mais países podem qualificar-se para o programa, o perdão da dívida é disponibilizado mais rapidamente e direcionado às necessidades sociais opressoras dos países beneficiários. Na sua cúpula de junho de 1999 em Colônia, os países do G-7 endossaram os aprimoramentos do HIPC. Eles também endossaram medidas para perdoar suas próprias dívidas oficiais bilaterais com os países mais pobres.

Com base no HIPC original e aprimorado, os países pobres com direito à iniciativa concordam em iniciar programas administrados pelo FMI e pelo Banco Mundial

para reformas econômicas. Em troca da implementação das reformas, as IFIs concordam, primeiramente, em conceder perdão do serviço da dívida sobre seus empréstimos e depois, na conclusão do programa, reduzir o principal da dívida. Como parte do processo, os países doadores concordam em reduzir ou perdoar dívidas bilaterais. Isso pode ser feito através do Clube de Paris ou unilateralmente.

Os proponentes da iniciativa HIPC salientaram que a dívida somente deverá ser perdoada à medida que o país implemente reformas econômicas. Eles afirmam que a dívida perdoada sem reformas será desperdiçada.

Ao lançar-se a iniciativa HIPC aprimorada, 41 países foram identificados como merecedores, com base em diversos fatores que incluem a sustentabilidade da dívida.

Até hoje, 22 países completaram a primeira fase da iniciativa HIPC aprimorada, atingindo o chamado ponto decisório, em que os países iniciaram seus programas de reforma econômica e estão começando a receber perdão do serviço da dívida.

Os 22 países são Benin, Bolívia, Burkina Faso, Camarões, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Madagascar, Maláui, Málí, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Uganda é o único país que completou o programa.

Quando todos os 22 países houverem completado o programa, eles terão sua dívida externa reduzida em quase a metade, em média, de acordo com uma declaração conjunta emitida pelo diretor gerente do FMI Horst Koehler e pelo presidente do Banco Mundial James D. Wolfensohn, em 22 de dezembro de 2000. Quando o perdão da dívida combinado com o perdão da dívida tradicional através do Banco de Paris e o perdão bilateral adicional que foi prometido pelas nações doadoras, esses países terão sua dívida externa reduzida, em média, em cerca de dois terços. Como resultado, afirma o FMI, esses países economizarão cerca de US\$ 34 bilhões em obrigações do serviço da dívida.

Informações adicionais sobre o programa HIPC podem ser encontradas nos Web sites do FMI e do Banco Mundial, nos endereços:  
<http://www.imf.org/external/np/hipc/hipc.htm> e  
<http://www.worldbank.org/hipc/>

---

Fonte: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

# RECURSOS DE INFORMAÇÃO

---

---

## PRINCIPAIS CONTATOS E “SITES” NA INTERNET

---

### GOVERNO NORTE-AMERICANO

Comitê Econômico Conjunto do Congresso  
Página de Política Econômica Internacional e FMI  
<http://www.house.gov/jec/imf/imfpage.htm>

Departamento de Estado dos Estados Unidos  
Escritório Econômico  
<http://www.treas.gov/press/releases/01arch.htm>

Departamento de Estado dos Estados Unidos  
Escritório Econômico  
<http://www.state.gov/e/eb/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos  
Escritório Econômico  
<http://www.treas.gov/press/releases/reports.htm>

---

### SITES NA INTERNET DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento  
<http://www.afdb.org/about.html>

Banco Africano de Desenvolvimento  
<http://www.afdb.org/>

Fundo Africano para o Desenvolvimento  
<http://www.afdb.org/about/afdbgrp/adf.html>

Banco Asiático de Desenvolvimento  
<http://www.adb.org/>

Banco Europeu para a Reconstrução e o  
Desenvolvimento  
<http://www.ebrd.org/english/index.htm>

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
<http://www.iadb.org/>

Corporação Interamericana de Investimentos  
<http://www.iadb.org/iic/english/index.htm>

Fundo de Investimentos Multilaterais  
<http://www.iadb.org/mif/index.htm>

Fundo de Investimentos Multilaterais  
<http://www.imf.org/external/index.htm>

Informações Financeiras do Fundo Monetário  
Internacional

<http://www.imf.org/external/fin.htm>

Grupo do Banco Mundial  
<http://www.worldbank.org>

Banco Internacional para a Reconstrução e o  
Desenvolvimento  
<http://www.worldbank.org/html/extdr/backgrd/ibrd/>

Associação Internacional para o Desenvolvimento  
<http://www.worldbank.org/ida/>

Corporação Financeira Internacional  
<http://www.ifc.org/>

Centro Internacional para a Resolução de Disputas  
de Investimentos  
<http://www.worldbank.org/icsid/>

Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais  
<http://www.miga.org>

### OUTROS SITES DO BANCO MUNDIAL

Instrumento Ambiental Global  
<http://www.gefweb.org/index.html>

Página Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)  
do Banco Mundial  
<http://www.worldbank.org/hipc/>

---

## LEITURAS ADICIONAIS SOBRE A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

---

Conselho de Relações Exteriores. *Safeguarding Prosperity in a Global Financial System: The Future International Financial Architecture*. (Protegendo a Prosperidade em um Sistema Financeiro Global: A Arquitetura Financeira Internacional do Futuro). Relatório de Força-Tarefa Independente. Nova York: Conselho de Relações Exteriores, outubro de 1999. <http://www.cfr.org/public/pubs/IFATaskForce.html>

De Gregorie, José, et al. *An Independent and Accountable IMF*. (Um FMI Independente e Responsável). (Relatórios de Genebra sobre a Economia Mundial) Genebra: Centro Internacional de Estudos Bancários e Monetários, setembro de 1999.

Goldstein, Morris. *Strengthening the International Financial Architecture: Where Do We Stand?* (Fortalecendo a Arquitetura Financeira Internacional: Onde Estamos?) (Relatórios 2000) Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional, agosto de 2000. <http://www.iie.com/catalog/WP/2000/00-8.htm>

Kaul, Inge, Isabelle Grunberg, and Mark A. Stern. *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century*. (Serviços Públicos Globais: A Cooperação Internacional no Século XXI). Nova York: Oxford University Press (para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), 1999.

Hornbeck, J.F. *IMF Reform and the International Financial Institutions Advisory Commission*. (A Reforma do FMI e a Comissão Consultiva das Instituições Financeiras Internacionais). (Relatório para o Congresso do Serviço de Pesquisa do Congresso) Washington, D.C.: Serviço de Pesquisa do Congresso, 14 de agosto de 2000.

Conselho para o Desenvolvimento Internacional. *The Future Role of the IMF in Development: An ODC Task Force Report*. (O Papel Futuro do FMI no Desenvolvimento: Relatório de Força-Tarefa do Conselho para o Desenvolvimento Internacional). Washington, D.C.: Conselho para o Desenvolvimento Internacional, abril de 2000. <http://www.odc.org/commentary/imfrpt.html>

*Report of the International Financial Institution Advisory Commission* (Relatório da Comissão Consultiva sobre Instituições Financeiras Internacionais). (Comissão Meltzer). Washington, D.C.: Comissão Consultiva sobre Instituições Financeiras Internacionais, março de 2000. <http://www.house.gov/jec/imf/ifiac.htm>

Congresso dos Estados Unidos. Câmara. Comitê de Serviços Bancários e Financeiros. *World Bank Aids Marshall Plan Trust Fund Act*. (O Banco Mundial Auxilia o Fundo Fiduciário do Plano Marshall a Agir). Relatório de Acompanhamento de H.R. 3519. 106º Congresso, 2ª Sessão, 28 de março de 2000. <http://www.house.gov/financialservices/hr106548.pdf>

Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. *Quarterly Report to Congress on Financial Implications of U.S. Participation in the International Monetary Fund*. (Relatório Trimestral ao Congresso sobre as Implicações Financeiras da Participação Norte-Americana no Fundo Monetário Internacional). Washington, D.C.: Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, dezembro de 2000. [http://www.treas.gov/press/releases/docs/uspart\\_12-00.pdf](http://www.treas.gov/press/releases/docs/uspart_12-00.pdf)

Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. *Report on IMF Reforms*. (Relatório sobre as Reformas do FMI). Relatório ao Congresso. Washington, D.C.: Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, 20 de outubro de 2000. <http://www.treas.gov/press/releases/imfreform.pdf>

Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. *Response to the Report of the International Financial Institution Advisory Commission*. (Resposta ao Relatório da Comissão Consultiva sobre Instituições Financeiras Internacionais). Washington, D.C.: Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, 8 de junho de 2000. <http://www.treas.gov/press/releases/docs/response.pdf>

Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos. *Developing Countries: Debt Relief Initiative for Poor Countries Faces Challenges*. (Países em Desenvolvimento: a Iniciativa de Perdão da Dívida para Países Pobres Enfrenta Desafios). (Relatório GAO/NSIAD-00-161.) Washington, D.C.: GAO, 29 de junho de 2000.

Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos. *International Monetary Fund: Approach Used to Establish and Monitor Conditions for Financial Assistance.* (O Fundo Monetário Internacional: A Abordagem Utilizada para Estabelecer e Monitorar as Condições para Assistência Financeira). (Relatório, GAO/GGD/NSIAD-99-168.) Washington, D.C.: GAO, 22 de junho de 1999. <http://www.gao.gov/index.html> (see “GAO Reports” link)

Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos. *International Monetary Fund: Efforts to Advance U.S. Policies at the Fund.* (O Fundo Monetário Internacional: Esforços para Fazer Avançar as Políticas Norte-Americanas no Fundo). (Relatório GAO-01-214.) Washington, D.C.: GAO, 29 de janeiro de 2001. <http://www.gao.gov/index.html> (see “GAO Reports” link)

Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos. *International Monetary Fund: Status of Efforts to Strengthen Safeguards Over Lending.* (O Fundo Monetário Internacional: A Situação dos Esforços para Fortalecer as Proteções sobre Empréstimos). (Relatório GAO/NSIAD-00-211.) Washington, D.C.: GAO, 1º de setembro de 2000. <http://www.gao.gov/index.html> (see “GAO Reports” link)

Williamson, John. *The Role of the IMF: A Guide to the Reports.* (O Papel do FMI: Guia para os Relatórios). (Resumos Políticos 00-5.) Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional, maio de 2000. <http://www.iie.com/NEWSLETR/news00-5.htm>

# Perspectivas Econômicas

Volume 6

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Número 1

## A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS



Fevereiro de 2001